

ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA

**ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: percepção dos concluintes dos
cursos de Arquivologia da cidade de João Pessoa-PB**

**João Pessoa- PB
2014**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA

**ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: percepção dos concluintes dos
cursos de Arquivologia da cidade de João Pessoa-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira

**João Pessoa- PB
2014**

C794a Córdula, Ana Cláudia Cruz.

Arquivo privado pessoal e de família: percepção dos concluintes dos cursos de Arquivologia da cidade de João Pessoa-PB. / Ana Cláudia Cruz Córdula. – João Pessoa: UFPB, 2015.
93 f.

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira.
Monografia (Graduação em Arquivologia) – UFPB/CCSA.

1. Arquivo. 2. Arquivos – pessoal - família. 3. Informação arquivística. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 930.251(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

ANA CLÁUDIA CRUZ CÓRDULA

**ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: percepção dos concluintes dos
cursos de Arquivologia na cidade de João Pessoa-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Arquivologia do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Arquivologia.

Aprovado em: ____/____/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Orientador - UFPB)

Prof.^a. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
(Examinador Interno - UFPB)

Prof.^a. Ana Cláudia Medeiros de Sousa
(Examinador Externo - UFPB)

*Primeiramente a **Deus**, pelo dom da vida e pela oportunidade de recomeçar, aos meus pais **Cláudio de Araújo Córdula** e **Ana Lúcia Cruz Córdula**, por todo apoio a mim empreendido, e ao meu filho **Matheus Córdula**, pelo amor e compreensão. **Dedico!***

Agradecimentos

A Deus, minha fortaleza!

Aos meus pais, Cláudio Córdula e Ana Lúcia Córdula, pelos ensinamentos, pela força, pela torcida e por acreditarem sempre na minha capacidade de alcançar meus objetivos. MUITÍSSIMO obrigada!

Ao meu filho Matheus Córdula, filho amado, amigo de todas as horas, pela sua compreensão e amor, pelas palavras de carinho, obrigada, meu filho!

À professora Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira, por ter aceitado meu convite para ser minha orientadora. Agradeço por toda compreensão, dedicação e acolhimento.

Aos professores Carlos Xavier, Julianne Teixeira, Bernardina Freire, Marckson Sousa, Emeide Nóbrega, Dulce Amélia Brito Neves, Adolfo Júlio, Edvaldo Carvalho, Luiz Medeiros, Maria Vitória Lima, Genoveva Batista, Alba Lígia Almeida, Geysa Flávia Câmara, Gustavo Freire, Rosa Zuleide Lima, Wagner Junqueira, Gisele Rocha, Patrícia Silva, Clézio Amorim, Meiriane Vieira, Isa Freire e Luciana Ferreira Costa por todo conhecimento compartilhado.

Aos colegas de turma, em especial, Camila Fernandes, por toda a sua compreensão e companheirismo, uma amizade verdadeira que brotou no seio acadêmico. A você, querida Ivânia Cláudia Ferreira, um exemplo de superação, por todos os nossos momentos de construções e desconstruções, risos e brincadeiras. Lígia Santos, a você pelas nossas incansáveis opiniões contrárias, gerando sempre discussões enriquecedoras para o nosso conhecimento. A você Márcia Francisca Marinho, minha primeira amizade ao adentrar os muros da UFPB, pelo seu carinho e pela amizade.

Ao grupo de estágio, com quem tive a honra de compartilhar momentos de estudos e aprendizado, Ananda Fernandes, Antônio Eduardo de França, Camila Fernandes, Cleonice Aline Soares, Emmily Gleide Dionísio, Lígia Santos, Marisa Batista, Maria Letice de Souza, Mayara Guerra, Márcia Francisca Marinho, Marília Ferreira, Priscila Ribeiro, Smaley Bronwde e Ybrain Asevedo. Tivemos uma trajetória brilhante, de estudos, discussões, dificuldades, lutas e vitórias. Obrigada, vocês farão muita falta.

Aos meus amigos Brenda Andrade e Derek Tavares, amizades verdadeiras que vi brotar nos corredores da Universidade, mas que levarei para vida toda. Obrigada, pela força, pelo incentivo, pela amizade.

À Valmor Sávio, pelo apoio, incentivo e compreensão, obrigada. Sua força foi crucial para o meu ingresso na Arquivologia.

Às amigas, Janine Lins, Michele Oliveira, Vanessa Melo, Alhandra Gonzaga e Cyelle Carmem que me acompanharam nos bastidores da universidade, alimentando as minhas forças através de suas amizades. Obrigada, meninas!

Aos pré-concluintes dos cursos de graduação Arquivologia das duas universidades públicas da cidade de João Pessoa, vocês contribuíram muito para o desenvolvimento deste trabalho, atendendo à minha solicitação de preenchimento do questionário, obrigada.

À equipe da coordenação do curso de Arquivologia por estarem sempre dispostos a atender-nos.

Aos meus familiares e amigos que, de alguma forma, contribuíram direta ou indiretamente para o meu desempenho acadêmico, pelo apoio, pelo conselho, pela força. Obrigada!

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.

(Arthur Schopenhauer)

RESUMO

A pesquisa tem por objeto analisar a percepção dos discentes pré-concluintes do curso de arquivologia de duas universidades públicas da cidade de João Pessoa-PB, acerca dos conceitos que permeiam o Arquivo, em especial os Arquivos Privados Pessoais e de Família (APPF), com vistas a percebermos como se configura o arcabouço conceitual, com suas fragilidades e potencialidades. Em virtude de o curso de arquivologia apresentar um forte viés tecnicista, indagamos como se configura o perfil conceitual (teórico), em torno dos arquivos privados pessoais e de família, partindo de uma visão macro, na qual analisamos a percepção de arquivo enquanto instrumento de trabalho, para posteriormente adentrarmos na análise mais específica, buscando a percepção em torno dos APPF. A pesquisa é do tipo exploratória e descritiva, realizada em duas etapas: a bibliográfica e a pesquisa de campo. Utilizamos como instrumento de coleta de dados um questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas, aplicado com os discentes pré-concluintes do curso arquivologia das duas universidades. Analisamos os dados, adotando-se a perspectiva analítica de Bardin (2011), com utilização da abordagem quanti-qualitativa. Os resultados apontam fragilidade da concepção de arquivos privados pessoais e de família, especificamente no que diz respeito ao princípio da organicidade, o documento e a informações que o permeiam.

Palavras-Chave: Arquivo. Arquivo Privado Pessoal e de Família. Informação arquivística.

ABSTRACT

This piece of research aims at analyzing the pre-undergraduate archival students' perception from two public universities of the municipality of João Pessoa – PB about the concepts that permeate the archive, especially the Private Personal and Family Archives (PPFA) with the intention to realize how the conceptual framework with its fragilities and potentialities occurs. Once the Archival course presents a strong technical bias, we inquired how the theoretical conceptual profile is structured regarding the private personal and family archives from a macro vision in which we analyzed the archive concept as work instrument in order to focus on the more specific analysis afterwards in seek of the concepts related to PPFA. It is an exploratory-descriptive research carried out in two phases: the bibliographical and the field research. For data collection, we used a questionnaire with opened and closed questions answered by the pre-undergraduate students of the Archival course from two public universities of the João Pessoa-PB. Therefore, it was used the quanti-qualitative approach by adopting Bardin's analytical perspective (2011). The results point out weak aspects in the conception of the private personal and family archives referring mainly to the principle of organicity, document and pieces of information.

Keywords: Archive. Private Personal and Family Archives. Archival Document.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero da amostra da pesquisa nas duas universidades.....	57
Gráfico 2 - Faixa etária da amostra da pesquisa nas duas universidades.....	57
Gráfico 3 - Bairros em que residem os estudantes da Universidade A.....	58
Gráfico 4 - Bairros em que residem os estudantes da Universidade B.....	59
Gráfico 5 - Realidade da Vida Escolar quanto ao tipo de escola que estudaram.....	59
Gráfico 6 - Renda Familiar.....	60

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Histórico do surgimento dos arquivos.....	18
Quadro 2 - Relação de códigos dos respondentes da universidade A.....	48
Quadro 3 - Relação de códigos dos respondentes da universidade B.....	49
Quadro 4 - Categorias analíticas acerca dos discentes pré-concluintes da graduação em Arquivologia.....	52
Quadro 5 - Categorias analíticas referentes ao questionário aplicado e aos respondentes.....	52
Quadro 6 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria definição.....	62
Quadro 7 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria finalidade.....	64
Quadro 8 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria vínculo.....	67
Quadro 9 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria definição na perspectiva dos arquivos privados pessoais e de família.....	68
Quadro 10 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria documento.....	72
Quadro 11 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria princípio da organicidade.....	75
Quadro 12 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria informação.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 NOS MEANDROS HISTÓRICOS DO ARQUIVO: das placas de argilas ao documento digital.....	18
3 NA TRAMA CONCEITUAL DO ARQUIVO.....	24
4 ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: uma seara a ser (re)significada.....	31
5 INFORMAÇÃO ARQUIVÍTICA: elemento de sentido.....	39
6 TRAÇADOS METODOLÓGICOS.....	44
6.1 PERCURSOMETODOLÓGICO.....	44
6.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	46
6.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA.....	47
6.4 CORPUS DA PESQUISA: POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	48
6.5 ANÁLISES DOS DADOS.....	49
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	51
7.1 ORGANIZANDO O CONTEÚDO PARA ANÁLISE.....	51
7.2 ANALISANDO O CONTEÚDO.....	56
7.2.1 Conhecendo os sujeitos da pesquisa.....	56
7.2.2 Desnudando o resultado: analisando os dados, realizando inferências.....	61
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	84
APÊNDICE A- Modelo do questionário aplicado.....	90
APÊNDICE B- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	93

1 INTRODUÇÃO

O presente tema surge em reflexo de uma inquietude pessoal, gerada em mim, enquanto graduanda do curso de Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em virtude de discursos observados no meu cotidiano acadêmico como, por exemplo, a forma com que os discentes percebem os arquivos privados pessoais, muitas vezes denominando-os como algo “fechado”, algo que “só” “carrega informação do produtor”. Na realidade, os discursos que trazem, aproximam-se muito do senso comum, e minha angústia é perceber que esse paradigma não foi quebrado, é perceber que a ênfase da visão do discente de arquivologia recai mais fortemente na perspectiva dos arquivos administrativos, é ver deixar à margem os arquivos privados pessoais como algo com pouca significação no campo profissional. Nesse sentido, imbuída por uma necessidade de perceber a visão “construída” pelos discentes do curso de Arquivologia acerca do seu objeto de trabalho, “o arquivo”, em especial sobre os arquivos privados pessoais e de família, optamos pelo desenvolvimento da presente pesquisa. O foco norteador constitui em analisar os discursos dos discentes pré-concluintes dos cursos de Arquivologia de duas universidades públicas da cidade de João Pessoa-PB, a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Estadual da Paraíba, trazendo à tona reflexões sobre os resultados encontrados. Dessa forma, sabendo-se que o arquivo não pode ser esgotado pelo discurso que o interpreta, vislumbramos observar a percepção dos graduandos do último período do referido curso. Em detrimento do fato de a profissão de arquivista ser relativamente recente no mercado paraibano, percebe-se pouco conhecimento por parte da sociedade sobre sua atividade profissional, fazendo-se necessário que os profissionais que entram no mercado de trabalho busquem dar visibilidade à profissão na sociedade, minimizando, assim, as barreiras existentes. Outro ponto importante é o fato do curso de Arquivologia ser um curso com perfil mais prático, porém, que carrega um arcabouço teórico ainda em

evolução; preocupar-se com os aspectos teóricos é avançar no cenário científico, além de ser uma ponte para o crescimento profissional. No escopo dos arquivos privados pessoais e de família, os futuros arquivistas parecem manter um discurso aproximado do senso comum, o que, de certa forma, minimiza a dimensão do acervo, percebendo-o como algo restrito ao produtor, sendo importante visualizarmos os documentos de arquivos privados pessoais no contexto não apenas do produtor/receptor, como também das suas relações com os fatos sociais, contextos em que eles estão inseridos. Assim, estaremos atentos ao documento em seu contexto informacional, sabendo-se que ele carrega uma gama de informações, capazes de remontar não apenas a trajetória do produtor, como também as suas relações sociais, sendo fontes capazes de representar os fatos, que estão materializados na própria documentação. Assim, questionamos: qual a percepção dos discentes pré-concluintes dos cursos de Arquivologia da Paraíba sobre os Arquivos Privados Pessoais e de Família? A pesquisa buscou analisar a percepção dos discentes acerca de seu objeto de trabalho, através de termos cotidianos, fazendo uma tessitura construtiva e contributiva que poderá, provavelmente, remodelar o pensamento dos futuros arquivistas. Assim, analisamos se a visão dos discentes no cenário arquivístico está esbarrando em configurações conceituais conflituosas, sendo fundamental para o avanço da área uma boa consistência conceitual. Silva *et al* (2009) desperta sobre a necessidade de um olhar mais profundo para os conceitos da Arquivologia, pois suas carências epistemológicas se esbarram em um instrumentalismo prático do agir funcional instrumental em um viés mais tecnicista, necessitando de um dispositivo coeso que viabilize uma melhor compreensão dos seus princípios. Nesse contexto, Silva e Neves (2013, p.129) afirmam: “Percebemos o quanto se faz necessário trazer para o cenário acadêmico tal problematização, uma vez que a atividade do ‘saber-fazer’ (razão prática) condenou, de forma muito negativa, a Arquivologia no transcurso do seu próprio processo histórico.” Nesse sentido, a prática vivenciada na Arquivologia acarretou danos teóricos ao campo do saber arquivístico, sendo importante se desprender da prática tecnocrata, o que é fundamental para que o

futuro arquivista chame a responsabilidade e se torne um questionador do seu próprio campo de atuação, seja na vida acadêmica, seja no campo profissional, assim, possibilitará o avanço epistemológico da área, além do crescimento no mercado de trabalho. (SILVA; NEVES, 2013).

Para realizarmos a presente pesquisa, adotamos como procedimento metodológico três etapas, a primeira delas foi a construção do embasamento científico necessário para traçarmos as relações entre os principais conceitos, definições e questionamentos, dos quais tratam a temática, destacando entre elas arquivos, arquivos privados pessoais e de família, documento arquivístico, informação arquivística, entre outros. A segunda etapa foi pautada em uma pesquisa de campo, na qual primeiramente foi construído um instrumento de avaliação, um questionário (Apêndice A), aplicado aos alunos pré-concluintes dos cursos de Arquivologia das duas universidades públicas da cidade de João Pessoa. Em seguida, iniciamos a terceira e última etapa que foi a análise dos dados, baseada nos princípios da Análise de Conteúdo bardaniana. Esperamos contribuir para ampliar o quadro de pesquisa científica na área de Arquivologia no Brasil, além de trazeremos a reflexão não apenas para a nossa amostra pesquisada, mas para que a prática e teoria sejam “almas gêmeas” no ensino arquivístico brasileiro, assim, avançaremos. Vislumbramos um amadurecimento da visão prática, mas especialmente teórica acerca dos Arquivos Privados Pessoais, desnudando os conceitos e também os “pré-conceitos” dos futuros profissionais acerca dessa temática.

Ao longo dos capítulos, abordaremos, após a introdução, uma revisão de literatura, explanada nos **capítulos 2, 3, 4 e 5**, os quais trazem as seguintes temáticas: o histórico dos arquivos, sua trama conceitual, os arquivos privados pessoais e de família e a informação arquivística. Posteriormente, percorreremos os traçados metodológicos, abordado no **capítulo 6**, elucidando todo o percurso metodológico realizado na construção da pesquisa. O **capítulo 7** trata da apresentação e análise dos dados, com foco primeiramente na organização dos dados coletados, seguidos de sua análise e interpretação. O último capítulo, o **8**, encerra a nossa pesquisa, trazendo

algumas considerações acerca do “objeto” pesquisado, bem como, a possibilidade de reflexões em torno, principalmente, da percepção sobre os arquivos privados pessoais e de família.

2 NOS MEANDROS HISTÓRICOS DO ARQUIVO: das placas de argilas ao documento digital

De acordo com Araújo (2011), tanto a invenção da escrita como o estabelecimento das primeiras cidades, há mais de cinco milênios, correspondem às primeiras manifestações de espaços específicos voltados para a guarda e a preservação de acervos documentais.

Chagas e Pereira (2011) reiteram afirmando que o surgimento do arquivo está vinculado ao próprio surgimento da escrita nas civilizações do Médio Oriente, há cerca de seis mil anos. No cenário europeu, foi a partir da Idade Média que se organizaram os grandes arquivos, embora, nesse período, ainda não houvesse uma estrutura única, direcionada apenas às atividades arquivísticas, sendo o espaço físico comum às atividades desempenhadas para os arquivos, bibliotecas e museus. Com o decorrer dos anos, ocorreu um grande aumento número de documentos acumulados, e com a produção cada vez maior de novos documentos, houve conseqüentemente uma necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de organização e manipulação dos arquivos. Nesse sentido, podemos afirmar que, à medida que a vida social foi evoluindo e se organizando mais complexamente, a informação foi se tornando um insumo importante, sendo necessário despertar-se gradativamente sobre a importância e a necessidade da guarda de determinados registros, refletindo-se na razão de ser dos arquivos.

Diante do surgimento dos arquivos, achamos pertinentes fazermos um breve resumo em torno de seu histórico. Dessa forma, com base em Reis (2006) e Queiroz (2011), traçamos a seguinte explanação, observada no quadro 1:

Quadro 1 - Histórico do surgimento dos arquivos

<p>ARQUIVOS DAS CIVILIZAÇÕES PRÉ-CLÁSSICAS (Arquivo de Palácio ou Arquivo de Placa de Argila)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Os arquivos surgem a partir da escrita, nascendo espontaneamente no seio das antigas civilizações do Médio Oriente há cerca de seis milênios atrás. - Através da Arqueologia, foi possível reconstituir a
---	--

	<p>organização de alguns arquivos descobertos, os quais demonstram que estes já dispunham de elementos que se tornaram clássicos e que ainda hoje são definidos pela arquivística. Estes arquivos tiveram grande importância, constituindo-se, assim, como um sistema de informação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os arquivos não eram percebidos como simples depósitos de placas de argila, mas como complexas estruturas organizativas e funcionais. - Os arquivos mais antigos que são conhecidos remontam ao quarto milênio a.C., junto das civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia. Graças à arqueologia, foram descobertos vestígios dos primeiros arquivos, entre eles o de Ebla, de Lagash , de Nínive, entre outros.
ARQUIVOS MEDIEVAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Nesse período, o sentido prático da administração é influenciado pelas normas do direito romano, nesse sentido, passa a dar amplitude à função da escrita, refletindo conseqüentemente na importância dos arquivos. - Surgem novas tipologias documentais custodiadas pelos arquivos, refletindo em um avanço no cenário administrativo, nesse sentido, outros documentos além da perspectiva administrativa e jurídica passando a conservar, entre eles, documentos financeiros e historiográficos. - O aumento de novas tipologias documentais, contribui para que haja a primeira nomeação de arquivistas nas cortes europeias, sendo formulados, também, os primeiros regimentos de funcionamento de arquivos e organização de inventários.
ARQUIVO DA IDADE MODERNA (Época dos Arquivos do Estado)	<ul style="list-style-type: none"> - Com o século XVI, surge um novo sistema administrativo, o Estado Moderno. Absolutista e centralizador, contribui para a concentração dos arquivos, fazendo surgir os primeiros arquivos de estado, que resultam de novas concepções de administração e reformas institucionais. - Esta centralização dos documentos provoca ajustes metodológicos, ocorrendo com frequência a elaboração de normas, regimentando as rotinas do arquivista. - O arquivo converte-se em um elemento fundamental de administração, adquirindo função predominantemente jurídica- política.
ARQUIVO NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA	<ul style="list-style-type: none"> - A Revolução Francesa vai formalizar, pela primeira vez, o livre acesso aos arquivos por parte do cidadão comum, e também, pela primeira vez, o arquivo central do estado passa

	<p>a ser observado como arquivo nação. Ele passa a ser considerado como garantia dos direitos dos cidadãos e jurisprudência do Estado. Nesse sentido, o arquivo Central do Estado deixa de constituir um privilégio dos órgãos de poder e passa a ser entendido como Arquivo Nação, aberto ao cidadão comum.</p> <p>- Os arquivos passam a adquirir gradativamente dupla dimensão, onde de um lado são garantia do cidadão, por outro lado, conservam e gerem a memória do passado da nação e, por isso, são objetos de investigação histórica.</p> <p>- Até Meados do Século XX, os Arquivos desenvolveram a vertente conservadora e gestora da memória do passado, deixando menos evidente o seu viés administrativo, que até então era dominante.</p>
--	--

Fonte: Dados da pesquisa com bases em REIS (2006) e QUEIROZ (2011)

Ainda no escopo histórico dos Arquivos, transitando no período contemporâneo, é importante traçarmos os marcos relevantes de sua história, observando-se essa evolução a partir de Rondinelli (2005, p.40); Araújo e Tanus (2013), destacando-se cronologicamente:

- a) A criação do Arquivo Nacional da França (1790).
- b) Fundação da École Nacional de Chartes (1821,), também na França, marco importante para o fortalecimento da Arquivologia, principalmente na percepção funcional no contexto cultural dos arquivos.
- c) O estabelecimento do Princípio da proveniência (1841), ou como também é conhecido “princípio do respeito aos fundos”, descortinado pelo historiador e arquivista francês, Natalis Du Wailly, que propõe que os documentos fossem reunidos por fundos, isto é, que o fossem reunidos de acordo com a mesma proveniência. Esse princípio é seguido pelos arquivos, até os dias atuais, elencado como um dos princípios básicos da arquivística.
- d) Surgimento do princípio da ordem original (1898), difundido através do manual dos arquivistas holandeses, defendendo o restabelecimento do arranjo, isto é, da

sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano previamente estabelecido.

- d) Evidência da importância da Gestão Documental após a II Guerra Mundial, em detrimento, da necessidade de racionalizar e otimizar o tratamento da informação.
- e) Evolução de novas tecnologias, a partir da década de 1980, traz a necessidade da busca de novos suportes, principalmente no cenário dos documentos eletrônicos, realidade vivenciada até os dias atuais, sendo importante o acompanhamento da evolução tecnológica no cenário arquivístico.

Com relação aos arquivos no Brasil, Cortês (1996) afirma que houve momentos distintos nas constituições brasileiras, primeiro com a criação do Arquivo Imperial em 1824, passando pela restrição do período ditatorial, pela evolução técnico-metodológica da década de 70, até chegar à nova Constituição Federal (1988) trazendo à tona discussões sobre o acesso a documentos produzidos e acumulados pela administração pública. O que traz a necessidade de criação de uma política que fomenta a viabilidade do direito do cidadão de acesso às informações públicas. Dessa forma, emerge a Lei n. 8.159 de 08 de janeiro de 1991, estabelecendo a Política Nacional de Arquivos (BRASIL, 1991). Todavia, Teles (2006) chama a atenção trazendo uma reflexão com relação à maneira encontrada no Brasil para lidar com o passado recente sem enfrentá-lo, processo marcado por muito tempo pelo símbolo da anistia como esquecimento. Esse “silêncio” como imposição relaciona-se muito fortemente com as heranças da ditadura. A autora afirma que a manutenção do sigilo no cenário da repressão política foi prática dos governos civis desde o fim do regime civil-militar iniciado em 1964, muito embora, em 1988, tenha emergido a Constituição Brasileira, estabelecendo um discurso voltado para garantir os direitos individuais, que resguardam o direito de acesso às informações contidas nos órgãos públicos e os de proteção dos direitos fundamentais, dentre eles, o direito de acesso à justiça. Nesse sentido Teles (2006, p.2) afirma:

Esta foi a primeira e única Constituição a estabelecer parâmetros gerais de uma política nacional de gestão de documentos da administração pública, visando franquear sua consulta e permitindo a subordinação dessa política, no âmbito civil ou militar, às disposições da Lei n.8.159/91, a Lei de Arquivos. A Lei de Arquivos, entretanto, provocou reações legislativas e administrativas (leis e decretos) restringindo seu alcance e propósitos, especialmente no que se refere ao acesso a documentos, prazos de sigilo, emissão de certidões e rito processual.

Diante desse contexto, emerge a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação, representando um dos grandes avanços proporcionados pela direta elucidação de um capítulo até então obscuro da história recente do Brasil. A partir da nova regra, as restrições a documentos relevantes para a recuperação de fatos históricos foram abolidas. Essa Lei de Acesso trouxe à luz para os arquivos públicos brasileiros, tornando-se, assim, um instrumento de grande valor, beneficiando diretamente a população, bem como fazendo valer o seu real direito. A mesma entrou em vigor, através do decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, abrindo, assim, as portas para que qualquer pessoa possa conferir informações de interesse público, que estejam armazenadas em instituições federais, estaduais e municipais.

A lei de acesso à informação vem descortinar os movimentos dos documentos públicos movidos na gestão diária, refletindo um processo de transparência, regulando também o acesso a documentos de arquivos produzidos na época da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).

Araújo e Tanus (2013, p.84) relatam que:

Acredita-se que essa lei de acesso à informação abre caminhos para um maior controle social da informação pelos diversos setores da sociedade, dando-lhe um caráter mais transparente e ativo no conceito de acesso à informação, reforçando, portanto, as atividades de gestão documental previstas na lei (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), bem como fortalece o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural.

A lei nº 8.159 cria o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão que está vinculado ao Arquivo Nacional, responsável por definir as políticas nacionais de

arquivo, apresentando, como órgão central, o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR¹), que é presidido pelo diretor geral do Arquivo Nacional.

Nesse contexto, o arquivo torna-se um fio condutor no cenário informacional, conforme Barros e Neves (2009) afirmam no que tange o acesso à informação, a função do arquivo é tornar público e disponíveis as informações que se encontram em seus conjuntos documentais, percebendo-o como produtor de conhecimento, não esquecendo o seu viés de lugar de pesquisa.

Bellotto (1996, p.8) relata que o arquivo deve ser um espaço de garantias de integração do indivíduo com seu passado e seu presente, dimensão em que se pode compreender o princípio democrático do exercício da cidadania. Nesse sentido, a inserção do arquivo na contemporaneidade apresenta-se em três aspectos importantes, sendo eles: o histórico, o jurídico e o administrativo, aspectos estes relacionados diretamente com a documentação do acervo, bem como sua produção, acesso, uso e necessidade informacional do indivíduo. Quando pronunciamos a palavra 'arquivo', podemos estar nos referindo ao arquivo enquanto instituição, tendo como finalidade a manutenção dos documentos sob sua custódia, ou ao lugar onde são armazenados, podendo-se também associá-la aos mobiliários que tem como função a guarda dos documentos, ou ainda, associarmos ao próprio documento (SILVA, 2011). Sendo assim, para compreendermos o universo dos arquivos, torna-se crucial entendermos e delimitarmos o seu escopo conceitual no qual transitaremos. Para tanto, no capítulo seguinte, adentraremos nessa trama conceitual em torno dos arquivos.

¹ Em 25 de setembro de 1978, o Decreto nº 82.308 instituiu o Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Embora formalmente criado, o Sistema nunca chegou a ser implantado, uma vez que trazia dispositivos conflitantes, que não atendiam às necessidades e à realidade de nossos arquivos. Na década de 90, o SINAR foi "recriado" pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 e pelos decretos nº 1.173, de 29 de junho de 1994 e 1.461, de 25 de abril de 1995, consolidados e revogados pelo Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, passando a desenvolver suas atividades de forma integrada, tendo por finalidade implementar a política nacional de arquivos públicos e privados, visando à gestão, à preservação, e ao acesso aos documentos de arquivo.

3 NA TRAMA CONCEITUAL: tecendo os fios do arquivo

Existem abordagens diferentes na literatura arquivística com relação à origem do termo “arquivo”. Para algumas, ele é de origem grega e deriva do termo *arché*, atribuída aos palácios dos magistrados, evoluindo, posteriormente, para *archeion*, que significa local de guarda e depósito dos documentos. Existe também outra corrente que defende o pressuposto que a origem da palavra arquivo vem do latim *archivum*, que quer dizer lugar de guarda de documentos e de títulos de nobreza (SILVA, 2011).

Paes (2006) e Schellenberg (2006) coadunam da mesma opinião, afirmando que a origem do termo arquivo é proveniente do termo grego *archeion*, que reporta ao setor de documentos ou depósitos de documentos originais. De uma forma geral, as definições que permeiam o termo ‘arquivo’ convergem para percebê-los como depósitos de documentos variados, relacionados aos seus produtores.

No nosso trabalho, optamos pelo direcionamento do arquivo enquanto instituição informacional, privilegiando o aspecto físico, material, técnico e principalmente em sua dimensão informacional, atrelada ao conjunto de documentos que o compõe. Veremos a seguir alguns conceitos sobre ‘Arquivo’, em suas variadas acepções.

A Associação dos Arquivistas Holandeses, através do Primeiro Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos de 1898, entende o arquivo como:

Um conjunto de documentos escritos, desenhos, e material impresso recebido ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário (MULLER *et al apud* SCHELLENBERG, 2007, p. 36).

Percebemos uma preocupação mais centrada no documento, não evidenciando o contexto que permeia o arquivo enquanto instituição atrelada à informação e à memória. A linha de preocupação e de pensamento segue “presa” ao documento, que certamente é um artefato importante e fundamental para o arquivo, mas esse corpus agrega-se a outros fatores que são tão importantes e cruciais para

compreendermos a sua função, vinculando-se a ele as questões técnicas, memorialísticas e, sobretudo, informacionais que fazem parte do arquivo enquanto unidade de informação. No decorrer dos anos, o conceito de arquivo vem sendo submetido a alterações semânticas, diferenciando-se de um viés passivo, percebido apenas como um lugar de guarda de documentos, assumindo gradativamente uma postura mais ativa quanto a sua função social.

Ao passo que a Lei 8.159/91 que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, reporta-se ao conceito do arquivo em seu artigo 2º:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Apesar deste conceito, trazer a informação atrelando-a ao suporte documental, ele não evidencia a sua potencialidade enquanto uma das finalidades do arquivo. Nesse contexto, a informação parece coadjuvante. Todavia, destacamos o conceito de Arquivo, trazido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística, afirmando que o arquivo é:

Conjunto orgânico de documentos, independente da sua data, forma e suporte material, produzidos ou recebidos por uma pessoa jurídica, singular ou coletiva, ou por um organismo público ou privado, no exercício da sua atividade e conservados a título de prova ou informação. (DICIONÁRIO, 1993, p. 7).

Percebemos que o Dicionário de Terminologia Arquivística agrega uma visão mais ampla no cerne do conceito de arquivo, trazendo uma libertação do seu conceito como local unicamente de guarda de documentos independente do suporte. A definição apresenta um avanço, pois preconiza que os documentos arquivísticos passam a ser guardados para fins de prova ou informação, percebendo-se uma maior visibilidade acerca do contexto informacional. Com relação aos tipos de Arquivo,

destacamos primeiramente a diferença entre os arquivos públicos e os privados. Os arquivos públicos equivalem aos que recebem e/ou produzem documentos de natureza pública, assim, os fundos documentais são formados e estruturados com documentos provenientes de instituições públicas, sejam elas órgãos federais, estaduais e municipais. (PAES, 1997). Já os Arquivos privados podem ser caracterizados como organismos que têm como objetivo central salvaguardar documentos relacionados à pessoa física ou instituição privada, com a finalidade de disponibilizar os documentos, com vistas ao seu caráter probatório ou a sua demanda informacional, implícita na documentação que compõe o acervo. (BERNARDES, 1998). Os Arquivos são partes integrantes da sociedade da informação, por serem detentores de vastos conteúdos informacionais, fomentando uma sincronia entre as tendências científicas e tecnológicas da sociedade da informação. (BARROS; NEVES, 2009). É justamente nessa perspectiva de atualização e acompanhamento do ritmo acelerado das tecnologias da informação que o arquivo assume um papel mais consolidador na coleta, salvaguarda, preservação, armazenamento e, sobretudo, na disseminação da informação, objetivando o encontro da sociedade com a informação. Assim, os arquivos, enquanto lugares de informação, às vezes até em espaços virtuais, caracterizam-se pelo fluxo informacional, no qual o foco não é apenas o documento e a sua organização, mas também o conteúdo informacional e sua disponibilização para a sociedade (JARDIM, 1998). A ideia é que não se perceba o arquivo como um lugar de guardar e preservar a memória apenas, mas sim um lugar onde a informação passa a ser componente fundamental na produção do conhecimento. “O arquivo precisa ser compreendido em uma dimensão mais ampla, não apenas como local topográfico onde se guarda e preserva documentos, sobretudo, como um espaço capaz de produzir sentidos.” (MORIGI; VEIGA, 2007, p. 38). Cook complementa o conceito de Arquivo, designando-o como templo de memória:

Os arquivos são templos modernos - templos de memória. Como instituições, tanto como coleções merecedoras de serem lembradas.

Igualmente as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social. (COOK, 1998, p. 143).

Revisitando o termo memória em sua forte relação com o arquivo, trazemos a visão de Nora (1993, p.15) que enfatiza que a memória verdadeira, transformada por sua passagem, dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição grandiosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. Nesse sentido, podemos perceber o Arquivo enquanto um dispositivo capaz de armazenar informações permeadas pela memória intrínseca em seu acervo documental. Essa relação nos traz a possibilidade do acesso a informações, assim, o arquivo está frequentemente ligado às questões de preservação da memória, na medida em que funciona como um arcabouço documental, que carrega através desta memória a sua essência informacional, que é (re)interpretada ou (re)significada, à medida que o indivíduo busca e usa a informação. O autor supracitado pensa no arquivo enquanto “lugar de memória”, e esses lugares de memória são representados desde os objetos materiais e concreto, até os mais abstratos, simbólicos e funcionais. Dessa forma, podemos considerar que o arquivo é produto de uma linguagem própria, que emana de uma só pessoa ou de um coletivo, e que depende sempre da necessidade de um indivíduo ou grupo social, para que o mesmo seja constituído e passe a externar as transformações em um paralelo passado e presente, mesmo os arquivos de cunho administrativos, possibilitando um elo de informações, necessárias ao conhecimento e crescimento intelectual de uma sociedade ou vinculado às questões administrativas, em que a sua função básica é tornar disponíveis as informações que estão sob a sua guarda no acervo documental.

Quanto à visibilidade e o tratamento que é dado ao arquivo no olhar da sociedade em geral, Costa (2005) referencia Longhi (2003) afirmando que, há muito tempo, os arquivos são considerados apenas como ‘depósito’ de papel tratado de forma amadora, e sua importância só é evidenciada quando se necessita de alguma informação. Muitas vezes, em detrimento de um acidente ou por perda do acervo,

essa informação não consegue ser acessada. Considerar a importância dos arquivos na sociedade, seja no âmbito administrativo ou no viés cultural, passa necessariamente, pela reflexão e compreensão do que os arquivos significam. A tradição arquivística no Brasil ainda não evidencia a importância de um tratamento técnico, como ocorre nos países desenvolvidos, onde o recurso informacional é considerado relevante. Mas vale ressaltar que este panorama vem mudando de maneira gradativa, percebendo-se uma resistência maior à nível do poder público. Essa configuração vem se moldando, principalmente em detrimento ao surgimento e crescimento dos cursos de Arquivologia aqui no Brasil. A inserção do profissional arquivista traz mais rapidez, fluidez e celeridade no processo de acesso e recuperação à informação, o que de fato agrega agilidade e presteza ao serviço. Mas o grande motivo dessa resistência se vincula à própria resistência do “novo”, da quebra de uma visão que diríamos “ortodoxa”, necessitando que o arquivo deixe de ser visto como um “depósito” e passe a ser percebido como um “instrumento”, de importância fundamental para o andamento do serviço, seja ele administrativo ou de cunho cultural. No que se refere à finalidade dos arquivos, Paes (2006) afirma que a sua principal finalidade é de servir à administração, constituindo-se com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da História. No contexto da classificação dos Arquivos, a autora classifica-os de acordo com quatro categorias, a saber:

a) Quanto às **entidades mantenedoras**: Os Arquivos podem ser **públicos ou privados** (grifo nosso); b) Quanto à **extensão de sua atuação**: Os Arquivos podem ser **setoriais ou e centrais** (grifo nosso); c) Quanto à **natureza dos documentos**: Os arquivos ser **especiais² ou especializados³** (grifo nosso); d) Quanto aos **estágios de sua evolução**: Podem ser **correntes, intermediários e permanentes** (grifo nosso). Já para Bellotto (2002), a classificação é mais restrita, classificando-o em apenas uma

² Os arquivos especiais custodiam registros em formas físicas diversas: cds, fotos, slides, dvd's, microfilmes, entre outros.

³ Os arquivos especializados são aqueles que têm sob sua guarda documentos resultantes das experiências humanas nos diversos campos do conhecimento, independente de sua forma física. Entre eles, podemos destacar os arquivos privados pessoais e de família, os arquivos literários, os arquivos médicos, os arquivos jurídicos, entre outros.

categorização, correspondendo à classificação de Paes (2006) quanto às entidades mantenedoras. Dessa forma, defende que os arquivos classificam-se apenas como arquivos públicos e arquivos privados. Nesse sentido, ela afirma: “Fundamentalmente não há mais do que duas categorias de arquivos: os públicos e os privados. As demais são idades (arquivo corrente, arquivo intermediário e arquivo histórico) ou são modalidades, dentro daquelas duas categorias.” (BELLOTTO, 2002, p. 27).

Comungamos da visão de Bellotto, acreditando que, em se tratando de classificação dos arquivos, estes se dividem em públicos e privados, sendo as demais denominações, características ou fases que os documentos podem passar em meio à gestão documental. Duarte e Farias (2005, p.33) concordam quando afirmam que os arquivos podem se dividir em duas classes fundamentais: públicos e privados. Os primeiros são federais, estaduais, municipais; os segundos, de empresas, pessoais, eclesiásticos, de sindicatos, entre outros.

Os arquivos privados apresentam características próprias, sendo necessária uma terminologia para o diferenciarem. Primeiramente, dividem-se em: de pessoa jurídica ou de pessoa física. De acordo com Silva (2011), os arquivos privados de pessoa jurídica englobam as instituições privadas com ou sem fins lucrativos, já os de pessoa física dizem respeito a uma única pessoa. Outra classificação relacionada aos arquivos privados remonta três tipos de arquivos privados: os **pessoais**, os de **familiar** e os **institucionais** (grifo nosso). No contexto dos arquivos privados, Camargo e Goulart (2007, p.41) afirmam que, ao contrário dos arquivos institucionais, que são permeados de documentos cujas fórmulas e estruturas têm efeito de reduzir a um grau mínimo o caráter polissêmico dos textos escritos, os arquivos pessoais ou de família são prolíferos em documentos desprovidos de metadados, entre eles: fotografias sem legendas, anotações de todo tipo em inusitados suportes, objetos variados, entre outros. Os arquivos privados pessoais e de família remontam uma realidade documental, que requerem muita cautela e aprofundamento, para que possam ser organizados, partindo do pressuposto que é

de fundamental importância, antes de qualquer tentativa de organização, o conhecimento da vida de seu produtor. Nesse sentido, para tratar os documentos pessoais de um acervo como “**Arquivos**”, é preciso vê-los, antes de tudo, como “**conjuntos solidários e orgânicos**” (grifo nosso).

Como de fato um dos pilares observados na nossa pesquisa norteia-se no conceito de arquivos privados pessoais e de família, adentraremos na próxima sessão mais profundamente nesse contexto.

4 ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: Uma seara a ser (re)significada

Ao longo da vida, as pessoas guardam documentos que testemunham momentos importantes, trazendo à tona suas relações pessoais, familiares e profissionais, seus gostos, interesses, hábitos. São fotografias, diplomas, documentos de trabalho, diários de registros, cartas, recibos, enfim, "papéis antigos". Os documentos produzidos e reunidos por indivíduos ao longo da vida tornam-se pontes que se ligam ao cenário da trajetória da vida de um indivíduo, possibilitando um contato com a representação de seu desempenho e função social, sua vida no âmbito familiar, profissional, afetos, desafetos, amores, amigos, enfim, a representação do seu cotidiano em períodos diferentes da vida. Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (1993), os arquivos pessoais são definidos como arquivo de pessoa física. Porém, essa definição parece ser um pouco restrita, pois, em se tratando de arquivos de família, e levando-se em consideração o princípio da proveniência, além da natureza do arquivo, o arquivo de família pode ser considerado um arquivo pessoal também. Para Baumann (2011, p.24) "o arquivo de família é de interesse acumulativo de diferentes indivíduos, com expectativas e histórias de vidas particulares, sua unificação é vinculada pelos aspectos hereditários, laços afetivos e de propriedade". Outro ponto relevante, levantado pela autora, relaciona-se ao fato do alargamento do conceito de arquivo de família através de sua organicidade, às variadas gerações que os compõem, possibilitam releituras do processo evolutivo da instituição familiar. Nesse contexto, Silva (2011, p.23) afirma: "Um arquivo de família é um arquivo de pessoa física, mas ele não foi produzido por uma única pessoa, mas por vários membros de uma mesma família." Assim, no caso dos arquivos de família, estes são formados por um conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por uma família, e sua composição se faz por qualquer membro desta família, constituindo-se como um legado que poderá ser repassado de geração em geração.

Os arquivos pessoais e de família “[...] representam uma fonte de pesquisa única capaz de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o mundo”, assim afirma Baumann (2011, p.24). Nesse sentido, os avanços da arquivologia no cenário dos arquivos pessoais contemplaram a transformação desses conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais e de memória. A Lei nº 8.159/91 denomina que os documentos de arquivos pessoais são aqueles produzidos e recebidos por pessoa física em decorrência do exercício de atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Em outras palavras, aquilo que a pessoa recebe e/ou produz quando exerce seus direitos e cumpre com suas obrigações. Já o Decreto nº 2.942, de 1999, diz no “Art. 5º - Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas são aqueles que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, podendo ser declarados de interesse público e social”. Segundo Bellotto (2006, p. 265), os arquivos familiares e arquivos pessoais e/ ou privados são constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por pessoa física (cidadão, profissional, membro de família ou elemento integrante de uma sociedade), e preservados a fim de constituírem-se por seu testemunho, como conjunto orgânico, possibilitando a abertura à pesquisa pública. Ainda com relação ao arquivo privado pessoal, Bellotto afirma: “Pode-se definir arquivo privado pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias, profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc.” (BELLOTO, 2006, p. 266). Em seu conceito, a autora evidencia alguns documentos que podem integrar um arquivo privado pessoal, fazendo valer a menção de que foram produzidos em razões distintas, que ao atingir certo grau de relevância social, já as tendo cumprido ou mesmo estando em andamento, despertam interesse para posteridade.

Oliveira (2009) afirma que o processo de produção dos arquivos pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões, entretanto, os documentos traduzem códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. Esses

códigos ou sinais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos. Esses “códigos sociais” são seguidos principalmente por essa camada que tem seus arquivos recolhidos às instituições arquivísticas, ou seja, intelectuais, políticos, artistas etc. Essa realidade deve-se ao fato que, tradicionalmente, o ingresso dos arquivos pessoais em instituições arquivísticas e de memória acontece após o reconhecimento da importância de seu titular para a sociedade ou para um de seus segmentos. Assim, Camargo e Goulart (2007, p.23) acrescentam:

No âmbito dos Arquivos Pessoais, no entanto, as fronteiras que demarcam as diferentes áreas de ação de um mesmo indivíduo são tênues e imprecisas. O uso do método funcional, além de imperativo, demanda a identificação das atividades imediatamente responsáveis pelos documentos, patamar em que, à semelhança do que ocorre na abordagem dos documentos de instituições, é possível evitar a instabilidade e a polissemia das grandes categorias classificatórias.

Nesse contexto, cabe a nós, arquivistas, identificarmos as ações particulares do produtor do acervo, observando principalmente a temporalidade e o motivo (momento) da produção dos documentos, sendo crucial o auxílio do produtor, ou dos familiares e pessoas próximas ao seu convívio, caso o titular tenha falecido. Nos casos específicos nos quais não se possa contar com o auxílio narrativo dessas pessoas, todo o traçado basear-se-á no próprio documento, que terá a incumbência de “falar” pelo produtor. No universo documental dos arquivos privados pessoais e de família, Camargo e Goulart (2007, p. 45) afirmam que o caminho do arquivista é bastante sinuoso, na medida em que vai à busca de uma lógica organizacional, sempre adequadamente traduzida na nomenclatura das partes que integram sua estrutura, privilegiando o método funcional, ajustando seus termos ao contexto de acumulação dos diferentes documentos. Os documentos, quando tomados em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores do indivíduo, constituindo o seu arquivo pessoal, mas devemos ficar atentos, para não desvinculá-lo de seu contexto social. Portanto, podemos considerar

que os Arquivos Privados Pessoais são constituídos por conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam, de alguma forma, às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas. A acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção também é feita por auxiliares.

De acordo com Santos (2008), a forma física e de registro das informações pessoais são bastante diversas, entre elas destacam-se alguns gêneros tais como: textual (correspondências, relatórios, certificados, livros, cartões); cartográficas (mapas); iconográfica (fotografias, cartazes, quadros); filmo-gráficos; sonora (fitas de videocassete e fitas cassete de áudio); e o gênero digital, em todas as suas possibilidades, incluindo e-mails, downloads, extratos bancários, bases de dados, gravações pessoais em DVD, entre outros. Nos arquivos privados pessoais e de família, é comum encontrarmos registros que representam o nascimento, as bodas, as grandes viagens, eventos marcantes na existência de um indivíduo. Ao adentrar-se nesse universo, na maioria das vezes, procura-se descobrir quais são ou foram as realizações profissionais e pessoais, e o que elas representam em termos de relevância social, sendo isso possível quando se conhece mais a fundo a documentação, que, de alguma maneira, revela o indivíduo que está sendo representado por tais documentos. A documentação reflete, assim, múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular. Além disso, os próprios critérios pessoais variam ao longo do tempo, o que remete a temporalidades distintas que presidem ao processo de acumulação de documentos, tanto do ponto de vista do titular, quanto de seus colaboradores. A informação contida nos Centros de Memória vai além das registradas apenas como documentos. Segundo Bellotto:

Se considerarmos com maior abrangência, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro através de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada a outros dados/informações oriundos de campos não-arquivísticos. (BELLOTTO, 2006, p. 183).

Como quaisquer outros arquivos, os arquivos privados pessoais podem ser considerados evidências das transações da vida humana, porém, é importante destacar que cada arquivo possui características específicas, tornando-se singular como fonte para estudos históricos, sendo, conseqüentemente, fonte de informação e conhecimento. Dessa forma, Ducrot (1998) afirma que os arquivos privados pessoais e de família constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade de oferecer informações. O arquivo privado pessoal é sempre organizado para enunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história (VENÂNCIO, 2003). Assim, permite vislumbrar uma “vontade de guardar” e de tornar público o privado. A sua organização acentua a individualidade do titular, redefinindo o seu lugar particular na pluralidade dos acontecimentos históricos. Percebe-se, então, que os arquivos privados pessoais refletem-se em locus privilegiado de análise histórica, pois registram uma forma de acumulação privada, que possui como marca específica o nome próprio do titular, permitindo, assim, um contato próximo com a trajetória de seu produtor e com suas relações sociais, fatos vividos, externados através da sua materialização, expressa pela documentação do acervo. A seara do arquivo privado pessoal e de família é formado por documentos provenientes de um indivíduo ou de uma família, assim, podemos percebê-lo como resultado de uma atividade inerente ao homem que acumula ao longo da vida, documentos e objetos que representam fatos vividos relacionados às suas escolhas, pensamentos, crenças, atividades, contextos sociais, representando, assim, um cenário que vincula-se, intrinsecamente, à percepções do indivíduo acerca de sua própria realidade.

Nesse sentido, percebe-se que esses arquivos, diferenciam-se dos arquivos institucionais, em termos estruturais e organizacionais, tendo em vista o caráter

orgânico único do acervo documental, que o compõe, além de apresentar uma seleção antes mesmo de ser considerado um arquivo privado pessoal, seleção esta feita pelo próprio titular, à medida que para guardar seus documentos, antes de tudo ele seleciona o que julga importante para ele. Podemos analisar, então, que essa diferença está relacionada também ao fato dos arquivos pessoais não se constituem como produtos espontâneos, pois são marcados pela intencionalidade de um indivíduo que decide o que vai guardar de acordo com o seu universo de significação, percebendo-se esses Arquivos Privados Pessoais como conjunto documental carregado de intencionalidades. O reconhecimento da importância dos arquivos pessoais no Brasil, iniciou-se entre 1960 e 1970, com a criação de várias instituições, governamentais ou privadas, dotadas de interesse em reunir arquivos privados pessoais. A maior parte dessas instituições concentrava-se nos dois maiores polos culturais do país, que são os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa configuração sofreu, na última década, uma ampliação envolvendo outros estados brasileiros, incluindo-se estados do Nordeste, onde ainda se percebe certa lentidão na valorização desses acervos, revelando um cenário contraditório quando comparado à realidade brasileira. No caso da Paraíba, há certa tendência na valorização dos arquivos privados pessoais de homens que, de alguma maneira, ocuparam funções públicas como os arquivos dos governadores, sob a custódia da Fundação Casa de José Américo. Todavia, na década de 90, emergiu no Brasil uma lei que trata sobre os arquivos privados presidenciais. A lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991, dispõe sobre a preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República e dá outras providências. Foi na gestão do então presidente da República Fernando Collor de Melo que esta lei surge, remontando um cenário de valorização da pessoa pública, isto é, de pessoas que exerceram cargos políticos, mas ao mesmo tempo trazem a possibilidade de valorização deste acervo, que permite narrar a trajetória dos presidentes da república, associando às suas contribuições, relações sociais e políticas, cenários vividos em seus mais variados contextos sociais. Há de se pensar que, de certa forma, esses arquivos privados são formados de

maneira intencional, sendo constituídos de forma seletiva, com a permissão e seleção feita pelo próprio titular, e ou familiar, percebendo-se a possibilidade de aguçar ainda mais a valorização intencional de seus feitos, vislumbrando-se a “elevação” do próprio produtor, no contexto nacional. Segundo Duarte e Farias (2005, p.33), nos arquivos privados pessoais é comum encontrarmos documentos que enaltecem a imagem do titular e de seus pares, permanecendo camuflada a avaliação de seus deslizes, falhas, receios, erros e defeitos. Nesse sentido, reiteramos a ideia de que os mesmos podem ser carregados de intencionalidades, principalmente quando vinculados a pessoas públicas. Nesta perspectiva, sabendo-se que os arquivos privados pessoais e de família constituem-se em territórios de narrativas memorialísticas, capazes de expressar a trajetória de vida de um indivíduo ou de uma família, percebemo-los enquanto facilitador da informação, disponibilizando para conhecimento da sociedade a trajetória de um indivíduo, bem como as informações que permeiam o seu acervo, inseridas no contexto social associada ao tempo e ao espaço. Esse fato nos traz a possibilidade de (re)significação da memória, através dos documentos constituintes do arquivo, possibilitando a disseminação da informação que os permeia.

O contato com a documentação nos permite a compreensão dos arquivos privados pessoais enquanto espaços de memória, de silêncios e esquecimento, perspectiva já apontada por Bourdieu (1996) referenciado por OLIVEIRA (2009) ao acrescentar que:

[...] é preciso compreender criticamente o “estatuto social de cada documento”, interrogando cada um deles sempre, para que e para quem foi feito e porque foi arquivado, ou seja, atentar para as suas mediações e práticas, seus usos e destinos, pois a maneira como se acumulam, organiza-se e se armazenam os documentos nos arquivos parece querer defrontar o pesquisador com um itinerário próprio, uma espécie de texto já codificado, com vistas a orientar sua própria leitura e interpretação (OLIVEIRA, 2009, p. 36).

Bellotto (1996) afirma que, na contemporaneidade, os arquivos privados pessoais vêm inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção

(literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de seminários, inclusive de âmbito internacional, demonstrando a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas, públicas ou particulares. O que evidencia o potencial informacional que esses arquivos carregam, sendo importante compreendermos essas informações em suas potencialidades e sentidos, que através da materialidade do documento podem ser disseminadas e contextualizadas. Dessa forma, no capítulo seguinte, abordaremos a informação arquivística materializada através do documento, bem como sua íntima relação com o arquivo, com o acervo e com a memória.

5 INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA: elemento de sentido

Desde os primórdios e principalmente no início da civilização, os indivíduos vêm desenvolvendo a sua inteligência através do contexto informacional, possibilitando gradativamente a agregação de novos conhecimentos. Nesse cenário, a Informação pode ser vista como um elemento potencializador para o desenvolvimento da sociedade, inserindo-se em diferentes contextos. Sendo importante a facilitação e disseminação da mesma através das unidades de informação, as quais podem ser vistas como um sistema capaz de viabilizar ao sujeito (usuário) o acesso e uso da informação, fomentando a transformação de um simples conteúdo (dado), para um conteúdo com significação informacional. Portanto, a informação tem uma capacidade transformadora sobre o homem, possibilitando-o, um entendimento melhor do mundo em que vive e atua. Dessa forma, quando a informação é percebida e aceita como tal, ela coloca o indivíduo em um estágio melhor de convivência consigo mesmo no próprio mundo (BARRETO, 1994). No abrangente universo do contexto informacional, destacamos a informação arquivística para ser abordada, tendo em vista a sua íntima relação com o arquivo, com o documento (acervo) que o compõem e com a memória. A necessidade de registrarmos informações, provenientes das ações humanas, demanda ao longo da história da humanidade uma multiplicidade de registros que nos servem de prova e testemunham as nossas ações. Assim, temos como produto dessas ações os documentos, sendo este o primeiro conceito que resgataremos. O documento constituído pelo suporte material detém a informação, ele é o registro concreto que serve de prova para fatos, modos de vida, crenças, e ações dos homens em um determinado tempo e lugar.

Dessa forma, antes de elucidarmos a informação arquivística como um dos pontos principais do arquivo enquanto sistema de informação, retomaremos o surgimento dos arquivos que alavancados pelo aparecimento da escrita remontam a produção documental, mantendo, durante um longo período, uma visão voltada

para a guarda e a preservação. Nesse sentido, durante muito tempo, o foco norteador do arquivo foi o documento, percebendo-o nesse contexto como objeto principal. No estofo etimológico, documento vem do latim *docere*, que quer dizer ensinar, e de *documentum*, o que ensina. Le Goff (2003, p.536) relata que, no século XVII, o significado da palavra ensinar evoluiu para o significado de prova e é amplamente usado no vocabulário legislativo, conferindo ao documento o valor probatório. Em um sentido mais amplo, Bellotto (2006) relata que, de acordo com a classificação clássica e genérica:

O documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido, por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos. Torna-se evidente, assim, a enorme abrangência do que seja um documento (BELLOTTO, 2006, p.35).

Nesse sentido, podemos afirmar que o documento é o elemento através do qual o homem se expressa, objetivando registrar a informação, vinculando a importância desse conteúdo no tempo e no espaço. Esses registros podem ser feitos através da escrita, da gravação de áudio, da filmagem, da fotografia, enfim, podem ser registrados nos mais diversos suportes, tendo como foco principal o registro informacional. O documento sempre foi considerado como instrumento de base de registro das ações administrativas, ao longo de sua produção e utilização, pelas mais diversas sociedades e civilizações, épocas e regimes. Sendo importante compreendermos que eles apresentam três características fundamentais, servindo para a comprovação dos direitos, para o exercício do poder, e para o registro da memória. Diante da sua relação com a memória, é pertinente adentrarmos no fulcro dos documentos arquivísticos, estes têm peculiaridades por serem únicos, autênticos, íntegros e interdependentes, e coadunam de uma acumulação natural no decurso de atividades administrativas ou no decorrer da vida cotidiana, apresentando uma **significação orgânica** (grifo nosso) entre si. Essa organicidade é a qualidade segundo

a qual os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora, em suas relações internas e externas (BELLOTTO, 2006, p.36). Dessa forma, os documentos arquivísticos são aqueles produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ou jurídica, no exercício de suas atividades profissionais ou no decorrer da sua trajetória de vida, sendo organizados e acumulados com objetivo de prova ou de informação (CAMARGO; BELLOTTO, 1996). Um ponto importante para destacarmos é que o documento que aqui estamos abordando não se trata apenas de documentos registrados no suporte de papel, mas sim, todo e qualquer artefato que carregue em si a relação com o seu produtor, levando em consideração o contexto histórico-social, delimitado no tempo e espaço. Entre esse documento, destacamos livros, cadernos de anotações, objetos, fotografias, enfim, artefatos que permeiam informações. Delmas (2010, p.56) relata que “O documento de arquivo é o instrumento de uma ação e, como tal, possui três qualidades: ele é necessário, pessoal e preservado”. Nesse sentido, percebemos a íntima relação que o documento arquivístico carrega atrelado ao seu produtor, um indivíduo ou uma organização, reafirmando o seu caráter orgânico. Embora essa relação reflita na trajetória do seu produtor/receptor, não podemos deixar à margem que essa informação está inserida em um contexto temporal e espacial, atrelando a ela, além das informações vinculadas ao produtor que tem cunho biográfico, também os seus aspectos sociais, que remontam um fato, em tempo, um contexto, uma história. Tomando-se como exemplo um arquivo privado pessoal localizado na cidade de João Pessoa (PB), elucidaremos essa explanação. O Arquivo Privado Pessoal Afonso Pereira é um arquivo localizado no bairro de Jaguaribe, ele desnuda a trajetória de vida de Afonso Pereira, remontando os fatos e traços, vividos pelo seu produtor/receptor. Com relação aos documentos que permeiam este acervo, um bom exemplo é a dimensão informacional de parte dessa documentação no contexto da educação paraibana, além de trazer à tona a contribuição de Afonso como um grande educador e propulsor da educação paraibana, eles remontam paralelamente esse cenário da educação. Assim, ao se estudar sobre história da educação paraibana, este

acervo trará uma forte contribuição científica, e no caso deste exemplo, apesar do estudo não está direcionado especificamente a vida do produtor do acervo, este por sua vez, tem uma forte vinculação com a educação paraibana, sendo de suma importância a pesquisa em sua seara documental. Neste sentido despertamos para o fato, de que o acervo privado pessoal remota tanto o cenário biográfico de seu titular, como os fatos por eles vividos em seus mais variados contextos.

Rousseau e Couture (1998) explicam a diferença do valor de informação e de prova de um documento de arquivo, lembrando que, no arquivo, cada documento que o compõe comprova uma ou mais informações nele agregada. Nos meandros da informação arquivística, Ribeiro (2011) afirma que sua valorização é marcada pela transição, da fase custodial para a pós custodial no universo arquivístico. A fase custodial caracteriza-se pelo seu forte contexto, tecnicista, historicista e custodial, destacando a valorização do documento, e não da informação. Na fase pós custodial, a valorização recai sobre a informação que passa a ser o elemento fundamental. Um dos fatores principais que contribuíram para essa mudança paradigmática foi a revolução tecnológica. Dessa forma, podemos afirmar que, com o passar dos anos, surgem diversas reflexões vinculadas principalmente à evolução tecnológica, trazendo um cenário de mudanças no contexto do arquivo. Assim, a informação se remonta como o principal artefato do arquivo, e o documento modifica o seu papel, tornando-se, um meio facilitador na disseminação da informação que o permeia. Em meados da década de 80, o avanço tecnológico agregado à revolução digital, alavanca e fortalece o surgimento de um novo paradigma informacional, científico e pós-custodial, o qual se perpetua até os dias atuais. Essa mudança traz consigo a valorização da informação enquanto fenômeno humano e social, sendo a materialização em qualquer suporte um epifenômeno (RIBEIRO, 2011, p. 64). Esse contexto remonta a mudança de paradigma no estofado do arquivo, ultrapassando o seu contexto custodial que se volta para a guarda e preservação documental, passando para uma visão pós-custodial, com o foco norteador direcionado para a informação arquivística. (FONSECA, 2005). Dessa forma, percebemos que o arquivo

passa a apresentar uma abordagem informacional, reconhecendo a informação como um subsídio tão importante quanto os recursos materiais e humanos, redefinindo o seu corpo conceitual e seus objetivos enquanto prática. Diante da relação dos documentos de arquivo e da informação arquivística com o próprio arquivo, é pertinente destacarmos, de acordo com Silva (2008), dois aspectos compartilhados por ambos, o primeiro deles, mais uma vez evidenciamos, é a natureza orgânica que ambos carregam em si, a qual está relacionada diretamente ao seu produtor; e o segundo é o caráter funcional que se relaciona à amplitude das funções e usos que perpassam as informações produzidas. A informação arquivística, através de seus aspectos orgânico-funcionais, fornece subsídios para a compreensão contextualizada da informação independente de seu suporte. É importante lembrarmos que a ideia de documento enquanto estrutura, conteúdo e contexto, que permeiam os arquivos, é rompida, “quebrando” a visão da informação como algo fixo, presa em um único meio. Nesse sentido, a informação arquivística ganha dimensão, tornando-se um artefato capaz de ser (re)significado, pelo sujeito atrelando a um contexto, a uma temporalidade, a um lugar, e essa relação é possível através da memória, que se torna uma “ponte” entre o sujeito e a informação.

6 TRAÇADOS METODOLÓGICOS

Adentraremos nos caminhos metodológicos que percorremos no decorrer de nossa pesquisa, para tanto, explanaremos através de tópicos os nossos traçados metodológicos.

6.1 PERCURSO METODOLÓGICO

O ato de pesquisar não é uma tarefa fácil. Ela exige do profissional e/ou acadêmico um tempo para a organização lógica de ideias. No caso da pesquisa social, os trabalhos exigem uma maior preocupação quanto ao aproveitamento do tempo para compreender, interpretar e explicar os fenômenos sociais com o auxílio dos métodos, das técnicas, e dos instrumentos. Neste viés, Duarte (2002, p. 140) revela que:

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Demo (1996, p. 14) considera a pesquisa como uma atividade intelectual, nesse aspecto Minayo *et al* (2004, p. 23) corroboram, compreendendo-a como uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade, pautada em uma atitude e uma prática de uma busca constante, definindo um processo inacabado e permanente. Nesse sentido, pautamo-nos na busca de respostas para nossas indagações, vislumbrando a construção da presente pesquisa. A mesma é exploratória e descritiva, tendo em vista que as pesquisas exploratórias são aquelas que têm por finalidade explicitar um fenômeno, objetivando um maior entendimento de um determinado problema. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador procura um maior conhecimento sobre o tema em estudo (GIL, 2002). Quanto à pesquisa descritiva, Vergara (2000) destaca que a mesma expõe características de determinada população

ou determinado fenômeno. Este trabalho trata-se de uma pesquisa que busca avaliar e expor a percepção dos discentes de arquivologia das universidades públicas da cidade de João Pessoa-PB acerca dos Arquivos Privados Pessoais e de Família.

De acordo com as fontes de dados da pesquisa, também podemos mencionar duas fases e caracterizá-las como bibliográfica e pesquisa de campo. Assim, para cumprir os objetivos propostos, a mesma iniciou-se através de um levantamento bibliográfico, focado na busca de aportes teóricos sobre as temáticas: arquivo, arquivo privado pessoal de família, informação arquivística, entre outros. Gil (2002, p.48) afirma que “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Assim, é importante embasar a pesquisa através de uma revisão da literatura, observando-se a relação entre o conteúdo levantado com a teoria já existente. Nessa fase da pesquisa, foram utilizadas as fontes secundárias, representadas por bibliografias publicadas sobre a temática estudada, tendo como fontes os artigos científicos, livros, teses, revistas, entre outras, possibilitando a coleta de informações importantes no processo inicial, tornando-se, no desenvolver da pesquisa, um facilitador para se chegar a um “produto” final.

Em paralelo, foi necessária a realização de uma pesquisa de campo, objetivando conseguir informações acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI; LAKATOS, 2010). Nesse caso específico, realizamos a aplicação de um questionário (Apêndice A), que posteriormente foi analisado.

De acordo com Minayo e Sanches (1993), o método ideal é aquele que possibilita a organização e construção panorâmica dos dados a ser levantado no decorrer da aplicação de uma pesquisa, sendo imprescindível que se observe principalmente se o mesmo é exequível. Os autores afirmam que a análise quantitativa atua em níveis da realidade, onde os dados se apresentam, tendo como campo de práticas e objetivos, o levantamento de dados, indicadores e tendências observáveis. Já a abordagem qualitativa tem a sua prática direcionada para analisar

os valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, sendo abordado o social como um mundo de significados, passível de investigação e a linguagem comum ou a fala, como a matéria-prima desta abordagem a ser contrastada com a prática dos sujeitos sociais. Assim, essa abordagem se atém a aprofundar a complexidade de fenômenos, dos fatos e dos processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados, como é o caso da nossa pesquisa. Denzin e Lincoln (2006) acrescentam relacionando a pesquisa qualitativa com o estudo do uso e da coleta de vários materiais empíricos, entre eles destacam-se entrevistas, questionário, artefatos, introspecção, textos e produções culturais, entre outros.

Dessa forma, optamos utilizar a abordagem quanti-qualitativa, tendo em vista que, para cada abordagem científica, há um ou mais métodos apropriados ao objeto de escolha do pesquisador, cada método tem sua importância e diferem na aplicabilidade, não sendo um mais importante que o outro. A escolha ou a necessidade da aplicação depende do objeto a ser estudado. Não podemos deixar de destacar que as duas abordagens são importantes, mas nem sempre são suficientes quando aplicadas isoladamente, para dar conta da realidade observada na pesquisa. Assim, as duas abordagens podem se complementar, agregando-se à pesquisa um forte potencial sobre o objeto pesquisado, emergindo a abordagem quanti-qualitativa, conforme citada anteriormente que foi utilizada nessa pesquisa. Para analisarmos os dados, trabalhamos nos moldes da análise de conteúdo conforme Bardin (2011), por possibilitar a descrição do conteúdo manifesto pelos sujeitos da pesquisa, e posteriormente interpretá-los.

6.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa foi realizada em duas universidades públicas da cidade de João Pessoa-PB, mais especificamente nos Centros vinculados ao curso de Arquivologia. Uma das universidades é federal e a outra é estadual. Para uma

melhor compreensão, caracterizaremos as universidades por letra, dessa forma teremos a **universidade A** e a **universidade B**.

6.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Um importante instrumento de coleta de dados é o questionário. Na compreensão de Gil (2006), o questionário é uma:

Técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, situações vivenciadas.

O mesmo pode ser estruturado em questões abertas, fechadas e semiabertas ou mistas. Richardson (2007) aponta a questão fechada como sendo “perguntas ou afirmações que apresentam categorias ou alternativas de respostas fixas e preestabelecidas”. Porém, alerta para o fato da utilização de questões fechadas possuírem uma limitação na aplicação do questionário por não permitirem maior amplitude das respostas. As questões abertas se referem a questões onde o entrevistado pode ampliar a sua resposta. Já as mistas possibilitam a construção de questionários que misturam as questões abertas com as fechadas. No caso do questionário aplicado na presente pesquisa (Apêndice A), o mesmo foi elaborado com questões mistas, divididas em duas partes. A primeira parte relaciona-se à identificação do respondente, apresentando questões essenciais para caracterização da amostra, composta por questões como: gênero, idade, instituição de ensino, bairro em que reside, tipo de escola que estudou e renda familiar. A segunda parte foi formulada por seis questões abertas, abordando as temáticas: arquivo, arquivo privado pessoal e de família, informação arquivística, entre outras, respondidas na sala de aula dos respondentes. O mesmo foi aplicado pessoalmente, sendo explicado para os respondentes o que nos motivou para realização da pesquisa. Juntamente com o questionário, foi repassado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), em duas vias, ficando uma delas com os respondentes.

As aplicações de questionários possuem a vantagem de ter menos possibilidade de distorções nas respostas, fato que se justifica pela presença do pesquisador junto ao respondente, não correndo o risco das indagações serem respondidas por indivíduos alheios aos questionamentos realizados, dessa forma, as respostas se tornam mais fidedignas, com relação à realidade do respondente.

6.4 CORPUS DA PESQUISA: POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população deste estudo compreende estudantes pré-concluintes dos cursos de arquivologia de duas universidades públicas da cidade de João Pessoa-PB. Na população investigada, trabalhamos com uma amostra aleatória. Esse recorte se deu em detrimento aos alunos presentes em sala de aula no dia em que foi realizada a aplicação do questionário. Na **Universidade A**, contamos com uma amostra de sete alunos, e na **Universidade B**, a amostra perfaz um total de dez alunos. A identidade dos respondentes foi preservada, tendo em vista que, ao responderem os questionários, não precisaram se identificar, resguardando, assim, a sua privacidade. Por uma questão didática e para melhor visualizarmos as respostas, decidimos elaborar um código numérico associado ao alfabeto, dessa maneira, os discentes da **Universidade A** são representados pela letra **A** e por uma sequência numérica, conforme observamos no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação de códigos dos respondentes da universidade A.

CÓDIGO DOS RESPONDENTES DA UNIVERSIDADE A
A1
A2
A3
A4
A5
A6
A7

Fonte: Dados da Pesquisa.

Os discentes da **Universidade B** são representados pela letra **B** associada a uma sequência numérica, conforme observamos no Quadro 3.

Quadro 3 - Relação de códigos dos respondentes da universidade B.

CÓDIGO DOS RESPONDENTES DA UNIVERSIDADE B
B1
B2
B3
B4
B5
B6
B7
B8
B9
B10

Fonte: Dados da Pesquisa.

6.5 ANÁLISES DOS DADOS

No contexto da pesquisa, para analisarmos os dados, trabalhamos com análise de conteúdo bardianiana. A escolha se deu pelo fato de este método possibilitar a descrição do conteúdo manifesto pelos respondentes da pesquisa, possibilitando a sua interpretação. De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análises de comunicação que busca a descrição do conteúdo das mensagens, utilizando procedimentos sistemáticos e objetivos. Entretanto, a autora indica a obtenção de indicadores que permitam inferências em relação às condições de produção ou recepção das mensagens, não se restringindo ao manifesto pelos sujeitos pesquisados. Nesse sentido, seguindo os pressupostos de Bardin, realizamos a análise de conteúdo em três etapas cronológicas, conforme indicação da autora. A primeira etapa, a pré-análise, é realizada objetivando a organização das ideias iniciais, levando à formulação de hipóteses ou indicadores que fundamentaram a

interpretação final. A segunda, a exploração do material ou análise em que foi feita a codificação dos dados obtidos. E a última etapa, chamada de interpretação, na qual chegamos às unidades de significação dos conteúdos, que constituíram os temas propriamente ditos. Franco (2005) afirma que o ponto de partida da Análise de Conteúdo é a própria mensagem, independente da maneira em que ela é expressa, podendo apresentar-se de forma oral, escrita, gestual, figurativa, documental, até mesmo o silêncio pode ser considerado nesse contexto como uma mensagem. No caso específico do nosso trabalho, transitaremos entre os escritos, provocados através da aplicação do questionário. Os sentidos revelados através das mensagens não podem ser considerados como fatos isolados, pois estão inseridos em um contexto que envolve a realidade do indivíduo, o meio, ideologias, situações históricas, sociais, econômicas, e até mesmo culturais (FRANCO, 2005). Dessa forma, a análise de conteúdo foi aplicada às mensagens coletadas nos questionários, conteúdos estes, que foram analisados e tabulados, realizando-se, posteriormente, as inferências e suas respectivas interpretações. No capítulo a seguir, faremos a apresentação e análise dos dados, através da aplicação da análise de conteúdo.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para analisarmos os dados, é imprescindível a sua organização. Dessa forma, primeiramente organizamos os dados, para posteriormente analisá-los. Assim, com base no método utilizado, foi realizada a sua organização, seguida da interpretação do conteúdo, através de suas unidades de significação.

7.1 ORGANIZANDO O CONTEÚDO PARA ANÁLISE

Seguindo o pressuposto de Bardin, após aplicação dos questionários, buscamos a organização desses dados para realizarmos sua análise. Primeiramente, realizou-se a pré-análise, seguindo da exploração do material, bem como o tratamento dos resultados.

A primeira fase, pré-análise, foi composta inicialmente pela leitura flutuante do material coletado. Dessa forma, essa etapa foi o primeiro contato que tivemos com o questionário após a sua aplicação, tendo em vista que o questionário foi aplicado em um recorte da amostra, levando em consideração que a seleção foi realizada de acordo com os alunos presentes na sala de aula no momento de sua aplicação. Como esse número não foi tão elevado, decidimos manter todos os questionários como corpus a ser analisado.

Com foco nas perguntas e respostas, elaboramos os indicadores, os quais servirão de base na próxima etapa, realizando-se a categorização. Ao iniciar a fase de análise, considerada por Franco (2005) como o principal momento da análise de conteúdo bardiana, fizemos o dimensionamento das perguntas, respostas e inferências, através do levantamento de categorias e subcategorias, fomentando-se analisar a percepção dos respondentes, com relação aos arquivos em especial aos arquivos pessoais e de família.

Neste sentido, trabalhamos com a categorização em dois momentos, dividida de acordo com a estrutura do questionário composto de duas partes. A primeira

referente ao perfil dos respondentes e a segunda relacionada a questões abertas, possibilitando extrair as categorias e subcategorias.

Na primeira parte foi realizada a categorização de acordo com a identificação dos respondentes, como mostra o Quadro 4, o que nos possibilitou traçarmos o perfil dos respondentes.

Quadro 4 - Categorias analíticas acerca dos discentes pré-concluintes da graduação em Arquivologia.

PRÉ-CONCLUINTE DA GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA	
CATEGORIA	SUBCATEGORIAS
Categorização dos Respondentes	Gênero
	Faixa Etária
	Instituição de Ensino
	Bairro que reside
	Tipo de Escola que estudou
	Média da Renda Familiar

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na segunda parte, estabelecemos as categorias e subcategorias a partir da exposição dos respondentes, baseando-se nas questões abertas, objetivando analisar a percepção acerca das temáticas, dispostas de forma categorizada no Quadro 5.

Quadro 5 - Categorias analíticas referentes ao questionário aplicado e aos respondentes.

PERCEPÇÃO DOS RESPONDENTES		
CATEGORIA	SUBCATEGORIA	SUBCATEGORIA
ARQUIVO	Definição	Lugar de guarda
		Conjunto documental
		Mobiliário
	Finalidade	Informação
		Caráter administrativo
		Memória
		Comprobatório
	Vínculo	Profissional
		Pessoal

ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA (APPF)	Definição	História Familiar
		Fechado/ Particular
		Registro acumulado na vida
		Memória
		Herança
	Documento	Diversidade de tipologia documental
		Documento pessoal
		Memória
		Informação
		História familiar
	Princípio de Organicidade	Relação orgânica com produtor
		Respostas desconexas
	Informação	Memória do Indivíduo
		História de Vida
		Caráter Pessoal
		Valor Cultural
Respostas Desconexas		

Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante do Quadro 5, percebemos que a questão macro da nossa análise está atrelada a duas categorias principais, sendo elas: **Arquivo** e **Arquivo Privado Pessoal e de Família (APPF)**. Baseando-se nas questões aplicadas através do questionário, elaboramos o primeiro bloco de subcategorias; já o segundo bloco, centrou-se nas respostas dos respondentes. Analisemos a seguir como se deu essa relação de categorias e subcategorias:

➤ **Categoria Arquivo**

Com relação à primeira categoria elaborada, preocupamo-nos em explorar a percepção dos respondentes acerca de seu objeto de trabalho, o arquivo. Para tanto, tomamos como subcategorias, elementos, que relacionam aspectos elaborados nas respostas com base nas perguntas. Nesse aspecto, percebemos que o contexto levou-

nos à três direcionamentos quanto **Definição** do arquivo, quanto à **Finalidade** e **Vínculo**, emergindo, assim, como três subcategorias. Para cada subcategoria dessas, baseando-se na análise das respostas, elencamos outras subcategorias. Nesse sentido, a subcategoria **Definição** ramifica-se em outras três subcategorias, são elas: **Lugar de guarda de documentos**, **Conjunto documental** e **Mobiliário**. É importante dizer que, em alguns casos, os respondentes trouxeram apenas um desses contextos, porém, percebemos a presença de mais de um desses aspectos em algumas respostas. A subcategoria **Finalidade** do arquivo nos remete a três aspectos, indicando outras três subcategorias: **Informação**, **Memória**, **caráter administrativo do Arquivo e seu viés comprobatório**. **Vínculo** é a terceira subcategoria vinculada à “categoria arquivo”, ela remonta a uma subcategoria, que traz à tona questões mais pessoais, fugindo do aspecto científico. Os respondentes conduzem suas respostas de uma maneira particular, trazendo a sua relação **profissional** com o arquivo, bem como atrelando a sua resposta uma dimensão **pessoal**, o que vem a caracterizar as duas subcategorias, atreladas ao vínculo com o arquivo.

➤ **Categoria Arquivo Privado Pessoal e de Família (APPF)**

Quanto a esta categoria, trouxemos uma explanação mais profunda, haja visto que o nosso desafio é tentar compreender a percepção dos discentes pré-concluintes da graduação em arquivologia acerca do arquivo, mais em especial acerca dessa temática. Nesse sentido, partindo da categoria **Arquivo Privado Pessoal e de Família (APPF)**, foram elencadas quatro subcategorias, com o intuito de aprofundarmos essa percepção. A primeira delas remonta o cenário da percepção quanto à **Definição** destes Arquivos. Nesse sentido,

baseando-se nas respostas, criou-se cinco subcategorias, entre elas: **história de família, particular (fechado), registros acumulados durante a vida, memória e herança**, o foco norteador foi as respostas do questionário, no qual se percebeu forte presença das referidas temáticas em seu contexto. Posteriormente, explanaremos essas subcategorias, agregando as transcrições do questionário como exemplo para que possamos compreender melhor.

A segunda subcategoria, denominada **Documento**, aborda a percepção dos respondentes no contexto da compreensão dos documentos em relação aos arquivos privados pessoais e de família. Nesse ponto, traçamos como subcategorias, baseando-se nas respostas dos respondentes, as seguintes: **diversidade de tipologia documental, documento pessoal, memória e história familiar**.

O **Princípio da Organicidade** foi à terceira subcategoria analisada dentro da categoria APPF, ela tem como foco compreender como se dá a percepção dos respondentes na relação desse princípio com os arquivos privados pessoais e de família. As subcategorias relacionadas ao princípio da organicidade foram: **Relação orgânica** com o produtor e **respostas desconexas**, que trazem respostas que não têm relação com a temática. Esse ponto também tem relevância em detrimento à comprovação da instabilidade conceitual sobre o tema.

A subcategoria **Informação** é pautada em analisar como se caracteriza o contexto informacional em meio aos arquivos privados pessoais e de família, no olhar dos respondentes. De acordo com as respostas obtidas, levantaram-se as subcategorias, imersas as suas afirmações e colocações. Entre as subcategorias mapeadas, temos: **Memória do Indivíduo, História de Vida, Caráter Pessoal, Valor**

Cultural, Particular e Respostas Desconexas. Esta última agrega respostas que fogem do sentido real.

Transitamos nesse contexto, relacionando as categorias com os conteúdos analisados nos questionário, possibilitamos uma aproximação das referidas categorias com os conteúdos levantados.

Todavia, adentramos na análise de conteúdo, abordando a primeira etapa do questionário, que foi pautada na identificação do respondente, o que nos possibilitará conhecer mais minuciosamente os sujeitos de nossa pesquisa.

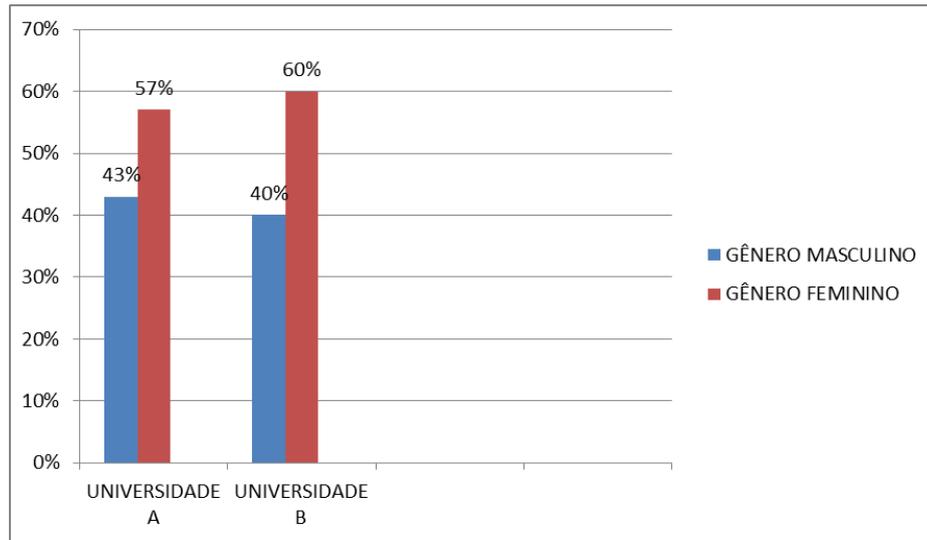
7.2 ANALISANDO O CONTEÚDO

Nesse sentido, com bases nos conteúdos levantados, podemos conhecer o perfil dos respondentes, bem como a sua percepção com relação à temática. Assim, visualizaremos no capítulo a seguir a Categorização dos Respondentes, através da explanação de gráficos e tabelas, pautando-se nas subcategorias: gênero, faixa etária, instituição de ensino, bairro que reside, tipo de escola em que estudou e média de renda familiar.

7.2.1 Conhecendo os sujeitos da pesquisa

Para caracterizarmos a nossa amostra, levamos em consideração a primeira parte do questionário (ver Apêndice A), observamos o gênero, faixa etária, área da moradia, renda e vida escolar. Com relação ao **Gênero**, observamos no gráfico a seguir como se deu a amostra:

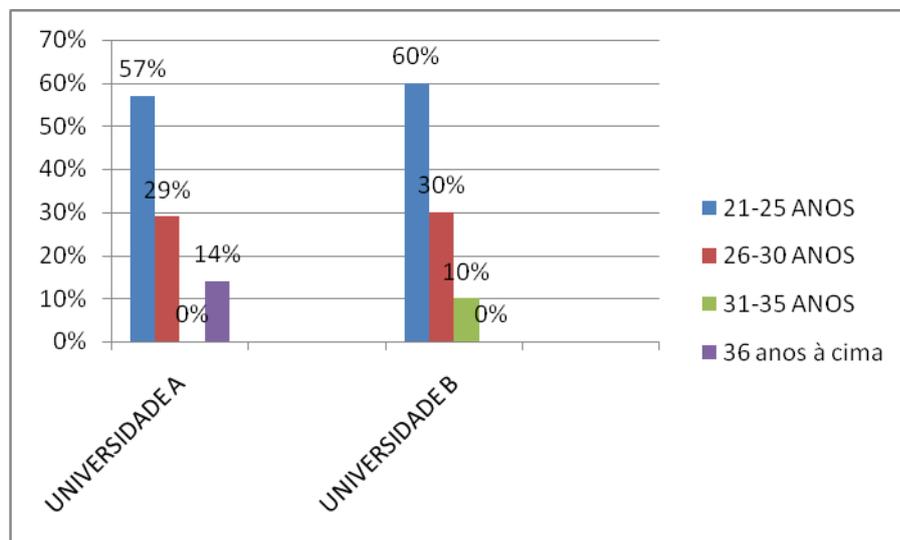
Gráfico 1 - Gênero da amostra da pesquisa nas duas universidades.



Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao gênero, observamos que tanto na universidade A, quanto na B, o maior percentual dos entrevistados foi do gênero feminino, apresentando um quadro muito semelhante nas duas amostras. Com relação à **Faixa Etária**, para caracterizarmos melhor a nossa amostra, subdividimos em quatro possibilidades, são elas: 21-25 anos, 26-30 anos, 31-35 anos e 36 anos a cima. Dessa forma, podemos observar no gráfico a seguir a realidade dos respondentes das duas universidades:

Gráfico 2 - Faixa etária da amostra da pesquisa nas duas universidades.

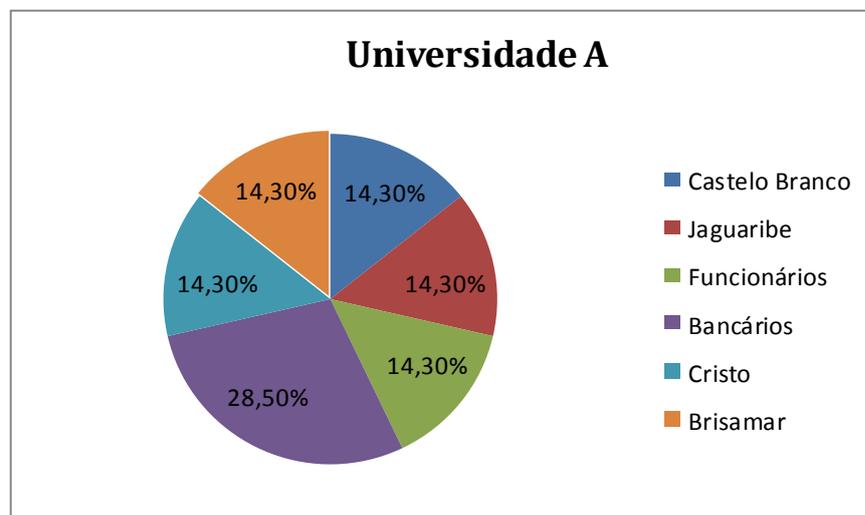


Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do Gráfico 2, observamos que a faixa etária predominante na amostra foi a mesma para as duas universidades, englobando a categoria 21- 25 anos. Outro ponto comum foi o fato de a segunda subcategoria predominante também ter a mesma faixa etária, isto é, entre 26-30 anos. Porém, as demais categorias apresentam realidades opostas, enquanto que na universidade A, a subcategoria 31-35 anos não apresentou nenhuma amostra, a mesma subcategoria apresenta-se em um percentual de 10% da amostra da Universidade B. Já a categoria acima de 36 anos apresenta um percentual de 14% de na Universidade A, não tendo representantes na universidade B.

Outro ponto observado na identificação, foi o bairro em que residem os pré-concluintes de arquivologia das duas universidades, dessa forma, traremos as duas realidades em gráficos diferentes, tendo em vista a grande diferença das duas amostras. O Gráfico 3 demonstra o panorama da universidade A:

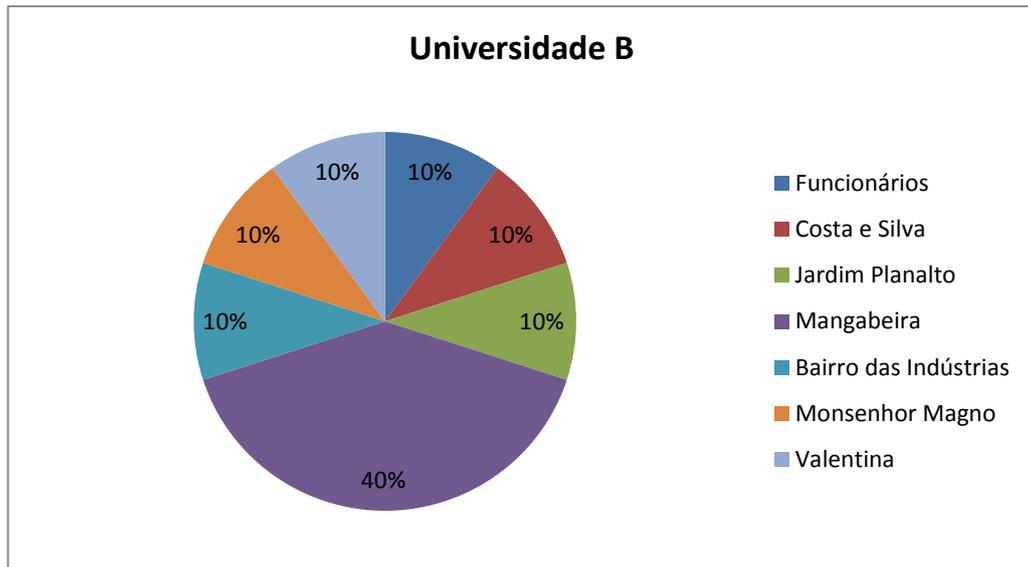
Gráfico 3 – Bairros em que residem os estudantes da Universidade A.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Diante desses dados, observamos que a maior predominância dos estudantes da Universidade A residem no bairro dos Bancários. Já a realidade da universidade B apresenta-se com maior predominância residindo no bairro de Mangabeira. Vejamos no gráfico abaixo:

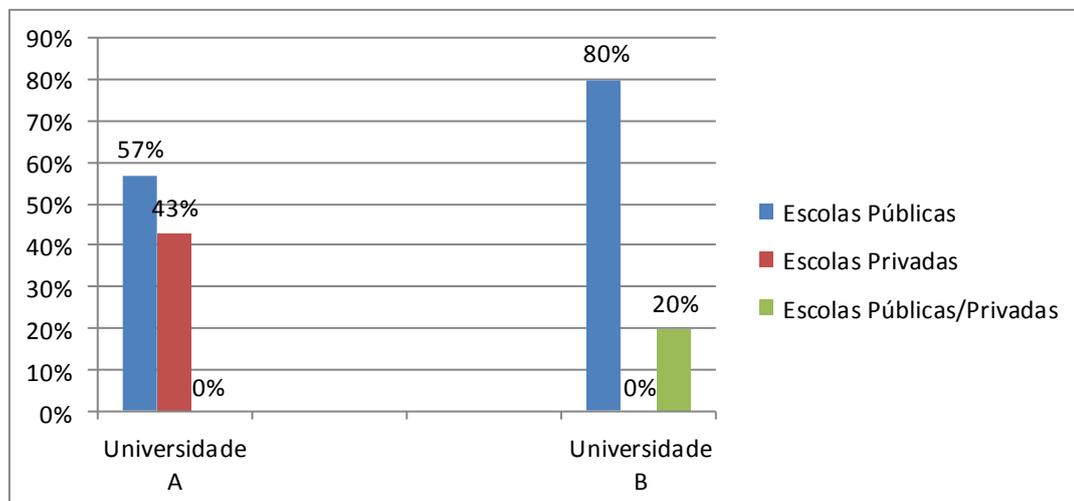
Gráfico 4 - Bairros em que residem os estudantes da Universidade B.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Ainda no decorrer da identificação de nossa amostra, adentramos na realidade acadêmica escolar dos respondentes, questionando em que tipo de escola eles estudaram. Os respondentes tiveram três opções de livre escolha, são elas: escolas públicas, privadas e públicas/privadas. Diante desse contexto, traçamos o Gráfico 5, demonstrando um paralelo das duas realidades da amostra.

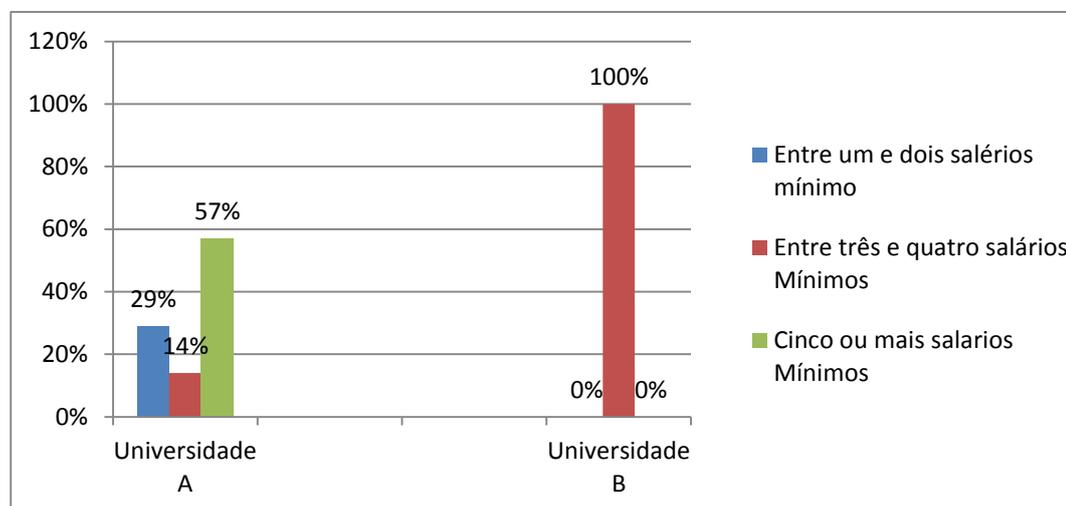
Gráfico 5 - Realidade da Vida Escolar quanto ao tipo de escola em que estudaram.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Observando o gráfico, percebemos realidades diferenciadas nas duas universidades que são públicas, apesar de que em ambas predominaram estudantes que tiveram sua vida escolar em escolas públicas. Na Universidade A, esse percentual se aproxima bastante dos estudantes de escolas particulares. Enquanto que para Universidade B, a amostra, predominantemente, estudou em escolas públicas, destacando-se o fato de ter um quantitativo percentual quatro vezes maior, do que os que estudaram em escolas tanto públicas como privadas. Outro ponto relevante é o fato de não apresentar nenhum estudante que tenha estudado em escola particular, fato marcante na diferença entre a realidade da Universidade A. O último tópico da nossa identificação está relacionado à renda familiar. Nesse sentido, elencamos três subcategorias de livre escolha pelos entrevistados. Dessa forma, questionamos a renda familiar, categorizando em: entre um e dois salários mínimos, entre três e quatro salários mínimos ou cinco ou mais salários mínimos.

Gráfico 6 - Renda Familiar.



Fonte: Dados da Pesquisa.

Observamos de acordo com o Gráfico 6 que, na Universidade A, o poder aquisitivo dos entrevistados, de uma forma geral, é maior do que os da Universidade B. A amostra da Universidade A apresenta-se com renda familiar maior, 57% ganham cinco ou mais salários mínimos, enquanto que 29% recebem entre um e dois salários mínimos e 4% entre três e quatro, ao passo que a Universidade B apresenta-

se 100% com renda entre três e quatro salários mínimos. Diante deste panorama, pudemos analisar o perfil dos respondentes, analisando-se a seguir suas respostas através da categorização e análise.

7.2.2 Desnudando o resultado: analisando os dados, realizando inferências

Nesse ponto, trabalhamos com os “escritos” que permearam as respostas do questionário, percebendo a frequência e relacionando os conteúdos com as categorias e subcategorias. As transcrições foram realizadas atreladas ao código que representa os seus respondentes, sendo transcritas “*ipsis literis*”. A pesquisa não está direcionada para fazer julgamento das respostas, o objetivo é articular os termos conceituais em torno das temáticas, observando-se as fragilidades das respostas com relação aos quadros conceituais da área, fazendo também observação da frequência com que eles aparecem.

CATEGORIA ARQUIVO

Nesta categoria, apresentaremos três subcategorias: definição, finalidade e vínculo.

DEFINIÇÃO:

Esta subcategoria traz a percepção dos respondentes quanto à forma em que eles conceituam o arquivo, direcionando o arquivo em três aspectos, enquanto lugar de guarda, como conjunto documental, ou como mobiliário. Analisemos no Quadro 6 como se deram algumas respostas acerca desta subcategoria.

Quadro 6 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria definição.

DEFINIÇÃO	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÃO
Lugar de Guarda	<p>A2: “Local onde ficam armazenados documentos de diversos suportes, de uma pessoa ou instituição pública ou privada [...]”</p> <p>A3: “Lugar específico para guardar documentos.”</p> <p>A6: “Local/ instituição que custodia os documentos.”</p> <p>A7: “Local de guarda de documentos”.</p>
	<p>B2: “Arquivo seria o local de guarda do documento...”</p> <p>B3: “Local físico que armazena informações de uma instituição ou pessoa.”</p> <p>B4: “Arquivo pode ser tanto o local onde estão armazenados os documentos [...]”</p>
Conjunto Documental	<p>A4: “É um conjunto de documentos produzidos e recebidos dentro das funções de uma entidade pública ou privada, em suas diferentes fases do ciclo de vida.”</p> <p>A6: “Conjunto de documentos produzidos e ou recebidos no desempenho das atividades.”</p> <p>A7: “Documentos produzidos ou recebidos no decurso de atividades.”</p>
	<p>B1: “Um conjunto de documentos...”</p> <p>B4: “[...] como o conjunto de acervo documental.”</p> <p>B5: “Arquivo é um conjunto de documentos produzidos em uma instituição pública, privada ou por uma pessoa em diversos suportes.”</p> <p>B10: “Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa, instituição pública, família e organizações no decorrer de suas atividades [...]”</p>
Mobiliário	A6: “Móvel que guarda os documentos.”

Fonte: Dados da Pesquisa.

Na subcategoria definição vinculada à categoria arquivo, temos a primeira subcategoria, **“Lugar de Guarda”**. Nela percebemos que os discursos dos discentes tanto da Universidade A, quanto da Universidade B, se assemelham, permanecendo o foco voltado para a guarda de documentos, apenas um discente o B3 traz uma visão mais voltada para a guarda de informação, assim, ele define o arquivo como: *“Local físico que armazena informações de uma instituição ou pessoa.*” Nesse ponto, em termos percentuais, analisa-se que 85,8% das respostas desta subcategoria apresentam um escopo mais custodial, percebendo o arquivo como um lugar de guarda de documentos, ao passo que 14,2% direcionaram a sua resposta para uma visão mais pós-custodial, isto é, percebendo a informação como elemento central de guarda dos arquivos. A segunda subcategoria da definição relaciona-se à percepção do arquivo enquanto **“Conjunto Documental”**. Nesse sentido, analisamos que os respondentes da Universidade A se aterão ao conceito da Lei nº 8.159/91, que traz em seu artigo 2º:

Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (BRASIL, 1991).

Corroborando também nessa perspectiva, o respondente **B6** afirma: *“Conjunto de documentos produzidos e recebidos por uma pessoa, instituição pública, família e organizações no decorrer de suas atividades...”*. Dois respondentes da Universidade B trouxeram respostas mais concisas, restringindo o documento ao acervo, e o respondente **B5** aproximou a sua resposta do conceito da Lei nº 8159/91, porém, o mesmo desconsiderou a questão em torno dos documentos recebidos afirmando que *“Arquivo é um conjunto de documentos produzidos em uma instituição pública, privada e por uma pessoa em diversos suportes.”*

Dessa forma, 57% dos respondentes consideraram o conceito de arquivo presente na Lei nº 8159/91, como fio condutor, em sua percepção em torno do arquivo.

“**Mobiliário**” é a terceira e última subcategoria, em torno da definição, apesar de ter tido uma frequência mínima com relação às respostas, decidimos considerá-la em virtude da mesma está contextualizada, por um respondente que considerou em sua resposta os três aspectos do arquivo em torno da definição. Quanto às respostas elencadas na categoria **Definição**, percebeu-se que todas elas estão em torno do arcabouço conceitual do arquivo, porém, há de pensar que a denominação do arquivo, enquanto mobiliário, aproxima-se muito do senso comum, mas ao analisarmos Quadro 6, percebemos que o discente A6 traz, em sua resposta, não apenas a subcategoria mobiliário, como também conjunto documental e local de guarda. Sequenciando a análise da categoria Arquivo, observaremos a seguir como se deu a visão dos respondentes, quanto à subcategoria Finalidade.

FINALIDADE:

Nesta subcategoria, analisamos a perspectiva dos respondentes quanto à finalidade do arquivo, a razão de ser do arquivo, a sua função. Após uma leitura exaustiva, verificamos a relação das respostas em quatro subcategorias, conforme observamos no Quadro 7.

Quadro 7 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria finalidade.

FINALIDADE	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Informação	A1: “ Unidade de informação na qual é organizada a documentação de um determinado setor [...]”
	B2: “[...] guarda do documento/ informação produzida por uma pessoa ou instituição.”
	B3: “[...] armazenam-se informações [...]”

	<p>B7: “É de grande significado pelo grande e importante teor que ele carrega a informação.”</p> <p>B8: “Local que contém informações importantes sobre algo ou alguém.”</p>
Caráter Administrativo	B6: “Nos arquivos, os documentos foram produzidos para atender uma necessidade administrativa , caracterizadas por seus valores administrativos, legal e fiscal.”
Memória	<p>B10: “Significa um espaço de memória, um local social [...]”</p> <p>B7: “O significado maior é distinguido de outros por ele ser em sua essência um guardador de memória.”</p>
Comprobatório	A2: “[...] onde está registrado toda a sua história da instituição, tendo valor probatório .”
	B1: “[...] serve como prova para determinada instituição.”

Fontes: Dados da Pesquisa

Com relação à subcategoria “**Informação**”, os respondentes trazem como finalidade principal do Arquivo a guarda de informação. Nesse sentido, a informação emerge como elemento principal do contexto arquivístico, logo, o arquivo é percebido como um lugar de guarda de informação, o que reforça a visão pós-custodial, remontando a informação como elemento central dos arquivos. Nessa perspectiva, analisamos que a Universidade B teve um percentual de 80% dos respondentes, percebendo a finalidade do arquivo no viés da guarda da informação, enquanto que a Universidade A apresentou apenas os 20%. Na segunda subcategoria, foi considerado o fato das respostas enfatizarem o contexto administrativo do documento de arquivo. Nesse sentido, intitulamos subcategoria: “**Caráter administrativo**”. Apesar da pouco frequente nas repostas dos respondentes, achamos pertinente trazê-la enquanto subcategoria, alertando que, nesse ponto, há omissão com relação a outros tipos de arquivo, que não somente são produzidos ou acumulados no campo administrativo, como exemplo os arquivos privados pessoais e de família. Os discentes da Universidade A não tiveram frequência nessa resposta,

porém, 5% dos estudantes da Universidade B relacionaram a finalidade do arquivo apenas com o caráter administrativo. Ainda com relação à finalidade do arquivo, percebemos uma frequência relativa dos respondentes com alusão à “**Memória**”, surgindo como outra subcategoria, sendo a mesma relacionada apenas pelos discentes da Universidade B. Diante desse contexto, analisamos que a memória foi pensada vinculada à disseminação da informação, atrelando-se à mesma um contexto social, cultural e temporal, vislumbrando o seu potencial enquanto fenômeno social, com foco no estabelecimento de uma relação do presente com o passado, quer imediato, quer remoto (OLIVEIRA; AZEVEDO NETO, 2007). Essa relação pode ser percebida no cenário que permeia ao Arquivo, enquanto sistemas de informação capazes de desvelar todo um cenário temporal acerca da informação e da própria produção documental. A última subcategoria analisada quanto à finalidade do arquivo foi a visão do mesmo enquanto valor de prova. A esta subcategoria denominamos: “**comprobatório**”. A mesma relaciona o valor probatório do arquivo com a sua finalidade. Valor este intrínseco carregado pelo documento, permitindo que o mesmo sirva de prova legal. Nesta subcategoria, a frequência com relação aos respondentes das duas universidades se deram com o mesmo percentual, 50% das respostas na perspectiva desta subcategoria foi dada pela Universidade A e os outros 50% pela Universidade B.

Transitando ainda sob a primeira categoria ‘**Arquivo**’, tivemos, como última subcategoria, a percepção dos respondentes quanto ao seu vínculo com o arquivo. Nesse sentido, surge a subcategoria: **Vínculo**.

VÍNCULO:

Esta subcategoria foi criada através da análise das respostas que relacionam o elo profissional com o arquivo, bem como o olhar particular, envolvendo uma visão pessoal, com relação ao cenário do arquivo. Para tanto, vinculadas a esta

subcategoria, foram elencadas duas outras subcategorias, são elas: **profissional** e **peçoal**, conforme se observa no Quadro 8:

Quadro 8 - Transcrição das respostas do questionário quanto à subcategoria vínculo.

VÍNCULO	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Profissional	A7: “Objeto de estudo da Arquivística.”
Pessoal	A5: “Arquivo significa um local dinâmico, vivo, que deve ser bem cuidado, ou melhor, gerenciado para atender com rapidez e eficiência os usuários.” B10: “Arquivo significa parte da minha vida.”

Fonte: Dados da pesquisa

A subcategoria **vínculo** foi criada no intuito de visualizarmos as relações levantadas pelas respostas observadas na tabela anterior, na qual, aproximadamente, 12% dos respondentes trouxeram-nas em seus discursos. Esta subcategoria revela, de um lado, uma visão mais técnica/científica, que é o viés **profissional**, isto é, a percepção do arquivo enquanto objeto de estudo da arquivística, conforme o respondente A7 relata. E por outro lado, uma relação de aproximação, do futuro arquivista com o seu objeto de trabalho, o arquivo. Nesse sentido, os respondentes revelam uma relação de sentimento, de pertencimento, caracterizando o seu viés pessoal, emergindo a subcategoria **peçoal**. Concluimos a nossa análise com relação à categoria **Arquivo**, adentrando posteriormente no contexto mais específico, no qual analisaremos a percepção dos respondentes sob a segunda categoria, intitulada **Arquivo Privado Pessoal e de Família (APPF)**.

CATEGORIA ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA (APPF):

Partindo da categoria APPF, tivemos como subcategorias: **definição, documento, princípio de organicidade e informação**. Esta categoria é o foco norteador do nosso trabalho, pois, a partir de sua análise, chegaremos a uma conclusão com relação à percepção dos respondentes sobre a referida temática. Adentraremos a seguir na subcategoria **definição**.

DEFINIÇÃO:

Esta subcategoria tem como objetivo analisar a percepção dos respondentes com relação a sua compreensão sobre os APPF. Nesse sentido, conforme o Quadro 9, analisaremos as respostas direcionando-as sob a perspectiva de cinco subcategorias, são elas: **Fechado/ Particular, História Familiar, Herança, Memória e Registro acumulado na vida**.

Quadro 9 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria definição na perspectiva dos arquivos privados pessoais e de família.

DEFINIÇÃO	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Fechado/ Particular	A1: “[...] aqueles associados à vida particular de pessoa pública ou não, e de certo modo limitado o seu acesso.”
	A6: “Documentos de uma pessoa, tendo o seu direito íntimo, protegendo-o.”
	B5: “Arquivos privados são aqueles produzidos por organizações privadas, mas também pode estar se referido ao grau de sigilo fechado.” B8: “São documentos acumulados que nem todas as pessoas podem ter acesso.” B9: “Os Arquivos privados pessoais são fechados, mas se a pessoa ou família é pública, e sua história é de interesse público podem ser abertos.”
História Familiar	A3: “É uma forma de manter viva a história da família.”
	B1: “Documentos relacionados à história de uma

	<p>determinada família.”</p> <p>B10: “Os arquivos privados pessoais e de família guardam seus livros, suas fotografias, seus vídeos e outras documentos.”</p>
Herança	B2: “[...] documentos guardados de pessoa para pessoa passado de geração para geração.”
Memória	A5: “Refletem a memória de uma família ou de uma pessoa que tenha certa relevância na sociedade.”
	B6: “São arquivos próprios de uma pessoa ou de família, que as narram enquanto vivas e constituem memórias...”
	B7: “São documentos sem forma formal, caracterizando todo um acervo de lembranças [...] ”
Registro acumulado na vida	A2: “Todo registro acumulado no decorrer da vida ou até no pós-vida, nesse contexto, encontramos por exemplo: fotos, cartas, livros, enfim, tudo aquilo que se acumulou na vida.”
	A4: “São documentos acumulados dentro das atividades de um ou mais indivíduos no decorrer da vida, independente do suporte”.
	A7: “documento produzido cotidianamente por uma pessoa [...]”
	B3: “São arquivos que guardam documentos de uma pessoa, produzidos durante a vida de uma pessoa ou família [...]”
	B4: “Pode ser a reunião de documentos e tudo quanto representa e faz parte da vida de uma pessoa.”

Fonte: Dados da Pesquisa

Os arquivos públicos têm sua origem nos órgãos governamentais (federal, estaduais ou municipais), podendo também pertencer a qualquer dos poderes (executivo, legislativo ou judiciário), enquanto os arquivos privados dizem respeito ao domínio do direito privado. É justamente este fato que vem a caracterizar conflitos conceituais em torno dos APPF, pois o termo “privado” reflete a conotação do

fechado, do particular. O que veio a caracterizar a subcategoria, levantada pelos respondentes, denominada: **Fechado/ Particular**, conforme observamos no Quadro 9. Duarte e Farias (2005, p.34) relatam que esta é uma problematização que permeia os arquivos privados pessoais e de família, pois a “publicização” do privado tem interferência tanto do privado como do público, gerando ambiguidades com relação às definições de abertura pública de acervos privados. Os arquivos privados de interesse público e social ficam preservados se depositados em instituições documentais públicas, possibilitando a disseminação, o acesso e o uso das informações que o permeiam. Teoricamente, os documentos pessoais são recolhidos por uma instituição pública, deixando de pertencer ao mundo privado e passa a configurar-se como esfera pública (DUARTE; FARIAS, 2005). Tornando-se, assim, público, o privado. Para tanto, há uma forma particular de como o privado passa para as instituições públicas, sendo imprescindível ater-se à lei nº 8.159/1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu capítulo III e capítulo IV.

Nesse contexto, Baumann (2011, p.25) concorda afirmando que “a definição de um arquivo pessoal confunde-se com a de arquivos privados”. A autora corrobora enfatizando as questões legais em torno desses arquivos, acrescentando no viés jurídico a importância não apenas da Lei nº 8.159/91, como também do Decreto 2.942, de 1999, que diz no “Art. 5º: “Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social”, além da Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), reiterando os procedimentos relativos à declaração de interesse público e social de arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas. Retomando a análise conceitual dos respondentes quanto a esta subcategoria, analisamos que 29% dos respondentes da Universidade A apresentaram sua compreensão em torno dos arquivos privados pessoais e de família como algo restrito, particular. Ao passo que na Universidade B, esta compreensão foi observada por 30% dos respondentes.

Outra subcategoria observada com frequência com relação à **definição** foi a compreensão desses arquivos enquanto **História Familiar**. Nesta subcategoria, as concepções dos respondentes remontam a relação da documentação produzida ao longo da vida, refletindo como narrativa da história familiar. Na compreensão de A3, os APPF representam “[...] forma de manter viva a história da família.” Nesta subcategoria, analisamos que 14% dos respondentes da Universidade A apresentaram essa concepção, ao passo que a Universidade B, apresentou 20%. Sequenciando a análise na subcategoria **definição** dos APPF, observamos a subcategoria **Herança**. Nesta subcategoria, o APPF é compreendido como uma espécie de patrimônio, um legado. Ao analisarmos as respostas, percebemos a interseção dessa compreensão através do enfoque ao documento como fruto de uma herança repassada de geração a geração. Essa compreensão foi percebida apenas por respondentes da Universidade B, totalizados em 10% da amostra.

Memória é outra subcategoria, vinculada à subcategoria definição, percebendo-se que cerca de 20% dos respondentes da Universidade B, ao serem indagados sobre a sua compreensão em torno do Arquivo Privado Pessoal e de Família, apresentaram em suas respostas à memória como elemento fundamental de sua compreensão. Os respondentes da Universidade A tiveram uma representação de 14% dessa subcategoria, refletindo a memória familiar e/ou pessoal como elemento de relevância social. Concluímos a subcategoria **definição**, trazendo a subcategoria intitulada **Registro Acumulado na Vida**. Esta, por sua vez, traz a compreensão dos respondentes acerca dos APPF, como reflexo dos registros acumulados no transcurso da vida do indivíduo ou da família. A ela, estão associados os documentos produzidos ao longo da vida que refletem a vida pessoal, intelectual, profissional, do indivíduo ou de uma família. Essa subcategoria teve uma representação expressiva na compreensão dos respondentes da Universidade A, apresentando-se em 43% da amostra. Enquanto que para Universidade B teve representação de apenas 20%, o que configura uma visão muito atrelada ao documento com escopo custodial, tendo em vista que, ao reportarem aos “registros”,

os respondentes relacionam-se à materialidade dele, isto é, ao próprio documento. Posteriormente, iniciaremos a análise da segunda subcategoria, sendo ela a subcategoria **Documento**.

DOCUMENTO: Nesta subcategoria, buscamos analisar como se deu a percepção dos respondentes na relação entre os arquivos privados pessoais e de família, com os documentos que o permeiam. Para tanto, de acordo com as respostas, avaliamos cinco subcategorias, são elas: **Diversidade de tipologia documental, Documento pessoal/familiar, História familiar, Informação e Memória.**

Quadro 10 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria documento.

DOCUMENTO	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Diversidade de Tipologia Documental	A1: “São documentos que envolvem a sua vida particular [...] como aqueles adquiridos durante a sua vida acadêmica, profissional, pessoal, entre outros.”
	A2: “[...] documentos como RG, CPF, certidão de nascimento etc.”
	B2: “Documento que tem a informação elaborada por uma pessoa ou família, sendo caracterizado como cartas, livros objetos que rememorem a família.” B9: “Por serem um tipo diferente de arquivo, esses locais e sua documentação têm características próprias, reunindo muitas vezes documentos não usuais em outros arquivos como cartas entre outros.”
Documento Pessoal/familiar	A4: “São documentos produzidos dentro da atividade de um indivíduo.”
	A7: “São documentos produzidos pelo mesmo produtor ou receptor no decorrer de suas atividades.”
	B3: “Tudo que é produzido pela família pode ser considerado documento, cabe à família ou à pessoa distinguir suas importâncias.”
História Familiar	B10: “O documento do arquivo privado pessoal e de família é aquilo que guarda a memória e história da família. ”

Informação	<p>A2: “Toda e qualquer informação registrada sobre a vida do indivíduo [...]”</p> <p>A3: “Documento é um registro de informação.”</p>
	<p>B1: “É um suporte que registra uma informação.”</p> <p>B2: “Documento que tem a informação elaborada por uma pessoa ou família, sendo caracterizado como cartas, livros objetos que rememorem a família.”</p> <p>B6: “É a informação registrada em um suporte independente de sua natureza e preservada por uma razão.”</p>
Memória	<p>A5: “São documentos que caracterizam a memória da pessoa ou família.”</p>
	<p>B2: “Documento que tem a informação elaborada por uma pessoa ou família, sendo caracterizado como cartas, livros objetos que rememorem a família.”</p> <p>B7: “São documentos que caracterizam todo um acervo de lembranças e comprovações de atos...”</p>
	<p>B10: “O documento do arquivo privado pessoal e de família é aquilo que guarda a memória e história da família.”</p>

Fonte: Dados da Pesquisa

Conforme observamos no Quadro 10, a primeira subcategoria apresentada é: **Diversidade de Tipologia Documental**, ela emerge, pois, ao serem questionados sobre a relação dos APPF com os documentos. Alguns respondentes relacionaram esse contexto com a variedade de tipologias documentais, que fazem parte deste tipo de arquivo. Schellenberg (2006) afirma que os documentos de arquivos privados pessoais são de espécies variadas, entre eles: papéis, mapas, fotografias, que, independentemente de sua apresentação física ou características, compõem a partir de sua relação com o produtor, o acervo documental. Com relação à presente pesquisa, observou-se que 30% dos respondentes da Universidade A, **quando questionados a respeito da relação dos documentos com os APPF**, trazem a relação

da variedade de tipologias, como elemento central desse questionamento. Bem como 20% dos respondentes da Universidade B também consideraram importante essa relação das tipologias documentais, nos APPF. Outra subcategoria, observada de acordo com a percepção dos respondentes na relação entre os APPF com os documentos, foi a subcategoria: **Documento Pessoal/familiar**. De acordo com a análise, entendemos que os respondentes compreenderam os documentos desses arquivos na relação com o produtor, seja pessoa, seja família. Nesta subcategoria, 28% dos discentes da Universidade A destacaram o documento pessoal/familiar, como elemento principal. Enquanto que a Universidade B apresentou apenas 10% de seus respondentes, com foco no documento pessoal e de família. **História Familiar** foi outra subcategoria, compreendida nas respostas analisadas. Nela, os respondentes agregam a história familiar como um elo entre o arquivo e o documento, retratando os documentos desses arquivos como o suporte capaz de “guardar” as histórias familiares. Apenas os respondentes da Universidade B compreenderam a relação entre os documentos e os APPF, nesse contexto, apresentando 20% das respostas nessa perspectiva. **Informação** é uma subcategoria que surge, através da avaliação das respostas do questionário, acerca de sua percepção da relação entre o documento e os APPF. Nesse contexto, os respondentes desta subcategoria trazem como elemento central dessa relação a **informação**, ou seja, percebem o documento como um registro de informação sobre a vida da pessoa ou da família. Nesta subcategoria, as duas Universidades tiveram um percentual de 30%, percebendo, assim, a informação como elemento central dessa relação documento/APPF. Outra subcategoria é a **Memória**, trazida como elemento aglutinador entre o documento e o arquivo privado pessoal e de família. Nesse sentido, os respondentes desta **subcategoria** retratam a memória associada ao documento, relacionando-a ao conjunto de informações registradas, que tem como papel principal a manutenção da memória individual e coletiva. Nesse sentido, a memória torna-se uma “ponte” entre o indivíduo ou família, ligando-o a um momento específico no tempo, através do registro da informação que se dá no

suporte material, que é o documento. Nesta categoria, 30% dos respondentes da Universidade B perceberam a memória como elemento central entre o documento e o APPF, ao passo que a Universidade A apresentou apenas 12%. Adentraremos na próxima subcategoria, da categoria APPF, esta denominada princípio da organicidade. A mesma remonta a percepção dos respondentes quanto a relação do princípio de organicidade com os Arquivos Privados Pessoais e de Família.

PRINCÍPIO DA ORGANICIDADE: Esta subcategoria ramifica-se em duas outras subcategorias, elencadas de acordo com a análise, sendo elas: **relação orgânica com o produtor** e **respostas desconexas**. A subcategoria relações orgânicas com o produtor relaciona-se as questões com respostas coerentes, explicitando como se dá a relação do princípio da organicidade com os APPF. Já a categoria **respostas desconexas** remonta um cenário de fragilidade, trazendo à tona respostas não compatíveis com o questionamento. Vejamos algumas respostas elencadas no Quadro 11, de acordo com suas subcategorias.

Quadro 11 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria princípio da organicidade.

PRINCÍPIO DA ORGANICIDADE	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Relação Orgânica com o Produtor	A5: “Acho que existe uma organicidade, porque existe uma relação entre os documentos pessoais e de família , com o próprio produtor.”
	A7: “Relação entre os documentos.” A6: “Os documentos desses arquivos possuem relações entre si.”
	B6: “A organicidade nos arquivos privados e de família se dá pela relação orgânica do documento com o produtor e as relações orgânicas entre os próprios documentos.”
Respostas Desconexas	A1: “Não tenho nenhuma percepção a respeito do assunto .” A4: “Necessidade de manter as características e organização dos documentos na forma em que foi produzido.”

	<p>B3: “Não vejo claramente a necessidade de aplicação desse princípio [...]”</p> <p>B4: “Isso é muito particular e vai depender do tipo de arquivo que pretende organizar.”</p> <p>B7: “Creio que nem todos esses arquivos conseguem manter esse princípio como deveriam, se não possuem controle do que organizam, logicamente não respeitarão esse princípio.”</p> <p>B10: “Acredito que a organicidade é a maneira que convém àquelas pessoas para organizar os seus arquivos.”</p> <p>B9: “Não exatamente precisa ser observado como um todo, uma vez que possui características próprias.”</p> <p>B5: “A organicidade nos arquivos privados pessoais se dá de forma diferente, pois esses arquivos há uma diferença, pois não é produzido para fim de uma instituição, mas para uma pessoa.”</p>
--	---

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme dito anteriormente, esta subcategoria remonta uma fragilidade conceitual, no cenário geral dos respondentes, em que 45% deles não responderam a essa questão; 35% responderam através de respostas desconexas; e apenas 20% apresentaram coerência em suas respostas. Embora aparentemente a subcategoria organicidade tenha sido refletida por um número reduzido de respondentes à sua perspectiva real, quando associado ao escopo arquivístico, este termo em seu conceito lato, bem como a relação deste com seus cognatos (orgânico, órgão e organismo), poderiam ter vindo à tona. Mas, infelizmente, essa subcategoria remonta uma fragilidade no campo teórico. Conforme Nascimento (2012, p.44) relata, embora o discurso da área afirme que um conjunto documental só é considerado arquivístico, se o conjunto for orgânico, esse princípio tão fundamental encontra-se fragilizado. A importância de seu papel pode ser avaliada, quando nos aproximamos dos principais conceitos arquivísticos nos quais, direta ou indiretamente, a organicidade aparece como aspecto chave na formação deles. Na Academia, as primeiras evidências da

importância da organicidade na composição do arquivo vincula-se ao fato de que o conjunto de informações atreladas ao documento só podem ser compreendidas como “arquivo”, a partir do momento em que existir uma relação entre eles, e essa relação é o que consideramos a organicidade, logo, só se considera arquivo se for orgânico. Nesse sentido, ao adentrarmos no contexto dos arquivos privados pessoais, a organicidade é o elemento fundamental que possibilita compreendermos o produtor, bem como sua relação com a documentação, refletindo diretamente na compreensão do próprio arquivo. Nascimento (2012) alerta que a natureza orgânica vai além, ultrapassando mais do que uma simples ligação entre documentos que veiculam informações produzidas no decorrer de uma ação, ela está presente na própria relação de subordinação entre o arquivo e o organismo ao qual está diretamente ligado. Quanto à relação da organicidade com os APPF, esta não é diferente, mas Santos (1999) alerta para sua relevância nesse escopo, afirmando que:

O arquivo privado pessoal possui funções utilitárias e sua qualidade está naquilo que se denomina organicidade. Ele se apresenta como um espelho da vida de seu titular e permite conhecer a origem, a estrutura, a competência e/ou funcionamento de quem o produziu, cabendo ao profissional da informação recuperar os sentidos probatórios e culturais dos documentos. (SANTOS, 1999 p.43).

Nesse sentido, ao analisarmos a relação dos APPF com o princípio da Organicidade, percebemos que o fato dos documentos que compõe esses acervos refletirem a sua estrutura e as atividades de seu titular, seja pessoal ou familiar, eles passam a refletir também a sua organicidade, fruto de uma acumulação natural ao longo da vida. A última subcategoria, avaliada no campo das percepções dos respondentes, vinculada à categoria APPF é a subcategoria, **Informação**. A mesma remonta a percepção sobre a relação dos APPF e o contexto informacional, que o permeia. Nesta subcategoria, observamos, com base nas respostas, a classificação de outras cinco subcategorias são elas: **Caráter Pessoal, História de Vida, Memória, respostas Desconexas e Valor Cultural**. Observemos, no Quadro 12, algumas respostas que subsidiaram a criação destas subcategorias.

Quadro 12 - Transcrição das respostas quanto à subcategoria informação.

INFORMAÇÃO	
SUBCATEGORIAS	TRANSCRIÇÕES
Caráter Pessoal	A7: "Informações referentes a uma única pessoa. "
	B6: "Constituem informações bem peculiares de pessoas e de família. "
	B8: " Informações de caráter pessoal, com informações pessoais. "
História de Vida	A2: "[...] toda história da vida da pessoa ou pessoas."
	A6: "Dados relevantes da vida da pessoa/família. "
	B1: "Se caracteriza na história da família , ou seja, tudo o que aconteceu está registrado [...]"
	B9: "Se dar não no contexto organizacional, e sim da vida da pessoa ou família. "
Memória	A4: "São documentos com caráter histórico, que garantem a memória de um indivíduo ou grupo."
	B1: "[...] está relacionado à memória das pessoas. "
Respostas Desconexas	A1: "Na maioria dos casos, talvez é a inexistência de por exemplo um funcho documental , como também ao acúmulo de massa documental em um devido tratamento."
	B2: "O contexto informacional desses arquivos dependerá de como cada família relata sobre momentos que aconteceu ou não [...]"
	B5: "Os arquivos privados vai depender da atividade que ele desempenhava, os pessoais e de família são aqueles que possuem características informacionais diferenciadas [...] "
	B7: "Pelo simples lembrar."
Valor Cultural	A3: "Caracteriza-se pelo fato que essas informações, podem acrescentar para entender alguém de uma determinada época, dependendo do arquivo, tendo uma importância cultural. "
	B3: "De baixa visitação e disseminação informacional, mas de grande valor cultural armazenado."

Fonte: Dados da Pesquisa.

Caráter Pessoal foi a primeira subcategoria que avaliamos, ela configura a relação entre os APPF e a **informação** com uma visão restrita, na qual os respondentes colocam essas informações como unicamente relacionadas ao produtor/receptor. Entretanto, as informações carregam contextos além da vida do titular, esses perpassam essa nuance, trazendo à tona todo um contexto social, na qual ela está inserida. Nesse aspecto, observamos que 10% dos respondentes da Universidade A apresentaram essa concepção, enquanto que a Universidade B apresentou 20%. É importante destacarmos que essas percepções não estão erradas, porém, quando adjetivadas como sendo unicamente do titular (produtor/ receptor), conforme observamos no respondente A7: “Informações referentes a uma única pessoa”, acabam por deixar lacunas, pois as informações que estão inseridas nos APPF perpassam a vida do titular e remontam contextos sociais no qual ele está inserido, conforme relatado anteriormente.

Outra subcategoria trata-se da relação do APPF com a **informação**, é a subcategoria **História de Vida**, percebida no escopo do indivíduo e/ou da família. Nela, a informação que permeia os APPF é pensada como a informação capaz de revelar a trajetória de vida. Essa perspectiva foi abordada por 20% dos respondentes da Universidade A e da Universidade B. Mais uma vez, a informação é percebida de uma maneira restrita, remontando a visão do Arquivo Pessoal e de Família como algo que dizem respeito apenas ao indivíduo/ família. O que de fato faz emergir uma preocupação, no intuito de desconstruirmos essa visão de caráter restrito, necessitando que haja uma “quebra” deste paradigma, despertando-se para o contexto temporal e espacial, na qual essas informações estão inseridas, atrelando-se, além do contexto de cunho biográfico, os aspectos sociais.

Memória é outra subcategoria que surge no contexto da análise da relação entre a informação e os APPF na ótica dos respondentes. Assim, a informação é percebida como artefato capaz de representar a memória de um indivíduo, de uma instituição, de uma família. Essa percepção é alavancada por 20% dos respondentes da Universidade A e 15% da Universidade B.

A subcategoria **Respostas Desconexas** trazem, mais uma vez, um cenário que esbarra nos conceitos conflituosos, e na fragilidade conceitual (teórica) com relação aos **APPF**. Nesta subcategoria, percebemos que 20% dos respondentes da Universidade A trouxeram respostas equivocadas quanto à relação da informação arquivística com os **APPF**. Nessa perspectiva, 30% dos respondentes da Universidade B trouxeram respostas fora do contexto. A subcategoria **Valor Cultural** remonta um aspecto mais amplo da informação no contexto dos **APPF**. Os arquivos pessoais são representados como fonte de pesquisa, capazes de interagir com estruturas comunicacionais de um indivíduo e sua relação com o meio. Os avanços transformaram os conjuntos documentais em preciosos repositórios informacionais para pesquisadores, trazendo à tona o seu aspecto histórico e social. Nesse ponto, observamos que 17% dos respondentes da Universidade A despertaram para esse contexto cultural, agregando, assim, a informação em suas relações com os fatos, com ênfase no tempo e no espaço, enquanto que, na Universidade B, 15% caracterizaram essa relação. Um ponto relevante é o fato da subcategoria **Informação** apresentar questões sem respostas, isto é, 18% do total dos respondentes não responderam ao questionamento acerca da relação da informação com os **APPF**, reforçando um cenário de fragilidade. Diante desse panorama, percebemos algumas lacunas teóricas nas entrelinhas dos Arquivos Pessoais e de Família, esbarrando em conflitos conceituais, o que merece uma reflexão acerca dessa problemática, no intuito de pensarmos os Arquivos Privados Pessoais e de Família, para além do contexto de seus titulares. Talvez a problemática surja do conflito entre o público e o privado, repercutindo para o contexto dos arquivos pessoais e de família. Conforme Duarte e Farias (2005) relatam, a partir das definições do público e privado, passa a existir uma linha tênue entre a distinção de arquivos pessoais de cunho público com os de cunho privado. Nas entrelinhas da pesquisa, percebemos um forte viés relacionando os **APPF** com o seu contexto memorialístico, percebendo-se essa relação em quase todas as subcategorias. De acordo com Daléssio (1993), no escopo da sociedade em geral, percebe-se que existe concordância sobre a necessidade de preservação do

passado. Desde aqueles que cultuam o novo aos militantes da mudança permanente, nenhum desses se pronunciariam a favor da destruição de seus traços. O autor supracitado relata que “uma necessidade identitária parece estar compondo a experiência coletiva dos homens, e a identidade tem, no passado, o seu lugar de construção” (DALÉSSIO, 1993, p.97).

Azevedo Netto (2008, p.12) referencia Diehl (2002, p. 116), destacando a memória como:

[...] é uma representação produzida através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos - como canais de comunicação entre dimensões temporais -, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. [...] A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte da perspectiva de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimento. Ela possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para consciência histórica e cultura, uma vez que pode abranger a totalidade do passado, num determinado corte temporal.

Nesse sentido, a memória pode ser vista como um fio condutor dos arquivos privados pessoais e de família, capaz de remontar as questões culturais e históricas, além do viés social, confirmando a explanação de Azevedo Netto (2008). Devemos pensar nos APPF como espaços “vivos”, simbólicos, nos quais se lidam de maneira ativa com as informações que permeiam os acervos, reinstituindo-os como espaços dinâmicos, capazes de remontar não apenas a trajetória de vida, mas todo contexto social a que ela está inserida.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, tentamos compreender a percepção dos discentes pré-concluintes dos cursos de arquivologia da Paraíba acerca dos Arquivos, no atendo mais especificamente no contexto dos arquivos privados pessoais e de família.

Nesses meandros, deparamo-nos com resultados que trazem a necessidade de reflexão, fomentando sensibilizar os futuros arquivistas sobre o escopo conceitual que permeiam os arquivos, em especial os arquivos privados pessoais e de família, com vistas a fortalecer o alicerce conceitual. A tentativa é de desmistificar a visão que se atrela muito fortemente ao cenário administrativo, deixando à margem outros tipos de arquivo, como é o caso dos Arquivos Privados pessoais e de família, além de outros tipos de arquivos, como os escolares, os eclesiásticos, entre outros.

Outro ponto relevante relaciona-se à própria característica dos cursos de arquivologia, que mantém um caráter mais prático (razão prática), o que dificulta detectar as fragilidades conceituais na área. Faz-se necessário trazermos à tona a razão de ser dos arquivos privados pessoais e de família, sabendo-se que eles não podem ser reduzidos à realidade dos fatos antigos, pois contêm tudo o que foi salvo do esquecimento, portanto, bem menos que o que foi esta totalização destotalizada, e bem mais do que é agora (OPHIR, 2011). Um dos conflitos conceituais encontrados foi o terminológico no entendimento de arquivo pessoal e /ou privado. Devemos ficar atentos a essa diferença, os privados de interesse público e social ficam preservados se depositados em instituições documentais públicas, possibilitando a disseminação, o acesso e o uso da informação. Para tornar público o privado, devemos compreender esse contexto de acordo com a Lei nº 8.159 /1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seus capítulos III e IV. Assim, os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas, e até mesmo os arquivos de família que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional, podem ser declarados de interesse público e social.

Percebemos também uma preocupação em torno da informação de cunho biográfico, o que denota no caráter “fechado” que os respondentes trazem em suas respostas. Neste sentido, é importante alavancarmos a potencialidade informacional que os documentos de arquivo privado pessoal carregam, compreendendo esses arquivos em seu contexto orgânico, em detrimento de sua relação com o produtor e da relação que os documentos carregam entre si.

Diante deste cenário, esperamos corroborar para que tanto os discentes dos cursos de Arquivologia, como os próprios profissionais, despertem para os arquivos privados pessoais como campo prático e teórico, imerso em um contexto memorialístico, sendo capaz de representar as experiências vividas pelos homens, enfatizando a sua dimensão social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. A. A. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia na Ciência da Informação. **In CID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 19-41, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistas.ffclrp.usp.br/incid/article/view/55/pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- ARAÚJO, C. A. A.; TANUS, G. F. de S. C. O ensino da arquivologia no Brasil: fases e influências. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013.
- AZEVEDO NETTO, C. X.de. **Informação e patrimônio arqueológico: formações de memória e construções de identidades**. São Paulo- Anais do IX ENANCIB, GT 2. 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, A. de A.. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 1994.
- BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.
- BAUMANN, E. S. **O Arquivo da Família Calmon à Luz da Arquivologia Contemporânea**. Salvador, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia, 2011.
- BELLOTTO, H. L. A imagem do arquivista na sociedade e o ensino da Arquivologia. **Arquivo & História: Revista do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n.2, 70p., 1996.
- BELLOTTO, H. L.. **Documento de arquivo e sociedade**. Ciências e Letras, n. 31. Porto Alegre: Faculdade Porto Alegrense de Educação, jan./jun., 2002.
- _____. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **Arquivologia: objetivos e objetos.** Boletim Histórico e Informativo, São Paulo, v.10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1996.

BERNARDES, L. P. **Como avaliar documentos de arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. **Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan.1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm> Acesso em: 19 jan.2014.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

CAMARGO, A. M. de A.; BELLOTO, H. L. (Coords.). **Dicionário de Terminologia Arquivística.** São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros- Núcleo Regional de São Paulo, 1996.

CAMARGO, A. M. de A.; GOULART, S. **Tempo e circunstância a abordagem contextual dos Arquivos Pessoais.** Brasília: Instituição Fernando Henrique Cardoso, 2007.

CHAGAS, P. D.; PEREIRA, I. M. L. Arquivo e Memória: Uma Análise dos Conceitos de Arquivo Segundo Michel Foucault e Roberto Gonzalez Echevarría. **Fólio – Revista de Letras Vitória da Conquista.** V. 3, N. 2 P. 319-331 Jul./Dez. 2011.

COOK, T. **Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais para um entendimento arquivístico comum da formação de Memória em um Mundo Pós-moderno.** Estudos Históricos, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

CÔRTEZ, M. R. P. A. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil.** Belo Horizonte, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais, 1996.

COSTA, Pedro Badini da. **Arquivo, informação e cidadania: a importância do resgate da memória judicial como exercício da cidadania.** Niterói, 2005. Disponível em: <<http://www.ndc.uff.br/TRT/pedroartigo.PDF>>. Acesso em: 06 dez. 2011.

DELMAS, B.. **Arquivos pra quê?** : textos escolhidos. Tradução de Danielle Ardaillon. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman e Artmed. 2006.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, nº 115, p. 139-154, março/ 2002.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Caderno de Pesquisa** [online]. 2002, n.115, pp. 139-154. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

DUARTE, Z.; FARIAS, L. **O espólio incomensurável de Godofredo Filho: resgate da memória e estudo arquivístico**. Salvador: ICI, 2005.

DUCROT, Ariane. A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, 21 (Arquivos pessoais), 1998.

FONSECA, M. O. Arquivologia e ciência da informação. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANCO, M. L. P. B. Análise de Conteúdo. Brasília, 2ª edição; Líber Livros Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: atlas, 2006.

JARDIM, J. M. A produção e difusão do conhecimento arquivístico no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, 1998.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Universitária UNICAMP, 2003.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementariedade? **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, nº 9, jul/set, 1993.

MINAYO, M. C.; ASSIS, S. G. ; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004.

MORIGI, V. J. ; VEIGA, A. **Esfera Pública Informacional**: os arquivos na construção da cidadania. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v.17, n.2, p.31-39, maio/ago. 2007.

NASCIMENTO, L. A. **A Preservação da Organicidade Da Informação Arquivística**, 2012, 244p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Instituto de Arte e Comunicação Social. Universidade Federal Fluminense, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

OHIRA, M. L. B. **Arquivos Públicos do Brasil**: da Realidade à Virtualidade.

Disponível em:

<http://www.udesc.br/arquivos/id_submenu/619/artigo_arquivo_publico.pdf>

Acesso em: 2 fev. 2013.

OLIVEIRA, B. M. J. F.. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória, 2009, 243 p. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2009. V.1.

OLIVEIRA, B. M. J. F. de.; AZEVEDO NETTO, C. X. de. Artefatos como elemento de memória e identidade da cultura popular: um olhar sob a perspectiva da arqueologia social. In: FECHINE, I.; SEVERO, I. (Orgs). **Cultura Popular**: nas teias da memória. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p.27-51.

PAES, M. L. **Arquivo: Teoria e Prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

QUEIROZ, A. C. S. de. **Acesso e Memória**: Arquidioceses da Paraíba e de Olinda/Recife. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação, João Pessoa, 2011.

REIS, L. O arquivo e arquivística evolução histórica. Universidade de Évora Portugal. **Biblios**. Ano 7, n. 24, abr/jun. 2006.

- RIBEIRO, F.. A Arquivística como Disciplina Aplicada no Campo da Ciência da Informação. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**. João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 59-73, jan./jun. 2011.
- RICHARDSON, R. J. (Org.) **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- RONDINELLI, R. C. **Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem da diplomática arquivística contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, Z. D. M.M. **Arranjo e descrição do espólio de Godofredo Filho: estudo arquivístico e catálogo informatizado**, 1999, 391p. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) Programa de Pós Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, 1999.
- SANTOS, V. B. Gestão de Arquivos Pessoais. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 62-80, jan./jul.2008. Disponível: <<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=131>> . Acesso em: 24 nov. 2013.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da; et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.
- SILVA, S. C. A. **A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil**. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008.
- SILVA, W. M. da. **Arquivos de interesse público e social: a atuação do conselho nacional de arquivos**, 2011, 146 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- SILVA, L. E. F.; NEVES, D. A. B. **Ciência Como Técnica ou Técnica Como Ciência: Nas Trilhas da Arquivologia e seu Status de Cientificidade**. XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013).

TELES, J. de A. **A abertura dos arquivos da ditadura militar e a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil**. 2006. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/files/a%20abertura%20dos%20arquivos%20da%20ditadura.pdf> Acesso em: 28 fev. 2014.

VENÂNCIO, G. M. **Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883-1951)**, 2003, 342 f. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**, 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2000.

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

QUESTIONÁRIO**1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 GÊNERO: M () F ()

1.2 IDADE: _____

1.3 INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

1.4 BAIRRO QUE RESIDE: _____

1.5 ESTUDOU QUE TIPO DE ESCOLA

Pública: ()

Privada: ()

Pública/Privada: ()

1.6 RENDA FAMILIAR

Entre um e dois salários mínimos ()

Entre três e quatro salários mínimos ()

Cinco ou mais salários mínimos ()

2 QUESTÕES:

2.1 O QUE SIGNIFICA PARA VOCÊ O ARQUIVO?

2.2 QUAL A SUA COMPREENSÃO SOBRE ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA?

2.3 EM SUA CONCEPÇÃO O QUE CARACTERIZA O DOCUMENTO DE ARQUIVO?

2.4 EM RELAÇÃO AOS ARQUIVOS PROVADOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA, O QUE VOCÊ ENTENDE POR DOCUMENTOS E O QUE OS CARACTERIZA?

2.5 QUAL A SUA PERCEPÇÃO EM RELAÇÃO AO PRINCÍPIO DE ORGANICIDADE NOS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA?

2.6 COMO SE CARACTERIZA O CONTEXTO INFORMACIONAL NOS ARQUIVOS PRIVADOS PESSOAIS E DE FAMÍLIA?

Obrigado por sua colaboração!!!!!!

APÊNDICE B**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado (a) Senhor (a), esta pesquisa intitulada: ARQUIVO PRIVADO PESSOAL E DE FAMÍLIA: percepção dos concluintes do curso de Arquivologia na cidade de João Pessoa-PB, tem como objetivo analisar os conceitos que permeiam os arquivos privados pessoais através da ótica dos graduandos (pré-concluintes) do curso de Arquivologia das universidades públicas da cidade de João Pessoa. Para tanto, solicitamos a sua colaboração para responder o questionário, como também sua autorização para apresentarmos posteriormente os resultados. Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Estaremos à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer momento com relação ao questionário da pesquisa. Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Atenciosamente,

Assinatura do Participante da Pesquisa